

Notícias Federais .....	3
Assuntos Tributários.....	3
STF derruba ICMS no cálculo de PIS/Pasep e Cofins para importação .....	3
Relator quer discutir com governo aumento do limite de isenção na participação dos lucros ...	4
Prorrogação do Reintegra e novas desonerações da folha são discutidas em Comissão Mista...	5
Governadores debatem a unificação das alíquotas de ICMS na CAE .....	6
Relações de Trabalho .....	9
Seguridade aprova oferta obrigatória de reabilitação a aposentado por invalidez .....	9
Comissão aprova destinação de 5% das vagas do FAT a deficientes .....	10
Rejeitado benefício fiscal a empresa que pagar plano de saúde do trabalhador.....	11
Ponto eletrônico na Câmara começa a valer em maio .....	11
Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprova parecer que faculta o cumprimento de cota para contratação de aprendizes.....	12
CNI participará de audiência sobre a regulamentação de motorista .....	13
Comissão Mista debate MPV do PRONATEC.....	13
Infraestrutura .....	14
Ministérios, ANTAQ e EPL debatem a MPV dos Portos com parlamentares .....	14
Comissão Mista da MPV complementar do Setor Elétrico conclui pela prejudicialidade da matéria .....	16
Questões Institucionais.....	16
Instaladas hoje duas Comissões Mistas .....	16
Novo CPC.....	17
Comissão aprova criação de 72 cargos no Ministério Público do Trabalho.....	17
Assuntos Econômicos.....	18
Pesquisa surpreende ao apontar que investimento na indústria vai cair 9,5%.....	18
Comissão de Desenvolvimento Econômico rejeita programa de certificação de etanol .....	19
Fabricantes de máquinas começam o ano com queda no faturamento .....	20
Indústria e varejo têm impasse para adequar preços da cesta básica .....	21
Aumentos dos combustíveis serão adotados especialmente para que a Petrobrás tenha maior fôlego de recursos.....	21
Sérgio Souza quer área territorial como um dos critérios do FPE .....	22

Subcomissão para fiscalizar operadoras de telefonia fixa e móvel será recriada .....	24
Meio Ambiente .....	24
CCJ aprova PEC que garante meio ambiente ecologicamente equilibrado .....	24
Comissão aprova preferência a asfalto-borracha na pavimentação de vias .....	25
Notícias Estaduais .....	26
Assuntos Econômicos.....	26
PR tem o maior crescimento de empregados na indústria em janeiro .....	26
Investimentos em inovação são de alto interesse do Paraná, diz secretário .....	27
Grupo Boticário investe R\$ 37 milhões em Centro de Pesquisa e Desenvolvimento.....	27
Bom Negócio Paraná chega a mais dois municípios .....	28
Sigep em parceria com a CNI, Fiep e Sebrae, realiza workshop voltado ao Setor Gráfico .....	29
Projeto prevê incentivo fiscal para comercialização de veículos elétricos ou híbridos.....	30
Paraná negocia vinda de quatro montadoras, diz Richa.....	30
Infraestrutura .....	32
Região dos Campos Gerais receberá projeto piloto do programa de casas rurais.....	32
Comissão de Obras Públicas aprova Programa Estadual de Transporte Escolar .....	32
Câmara Temática da Transparência da Copa 2014 tem nova presidência .....	33
Legislação local é tema de reunião do Ministério sobre a Copa de 2014.....	34
Pesquisa mostra investimentos das empresas paranaenses relacionados à Copa 2014.....	34
Chuvas atrapalham exportações de granéis no Porto de Paranaguá .....	36
Meio Ambiente .....	37
Rasca reforça importância de campanha por "Rios Livres" .....	37
IAP e Ibama discutem avanços na área ambiental no Paraná .....	38
Política Agroindustrial .....	39
Paraná recebe imagens de satélite para implantar Cadastro Ambiental Rural.....	39
Política Social.....	40
Tercílio Turini destaca adesão de Londrina ao movimento "Saúde + 10" .....	40
Questões Institucionais.....	41
Bancada do PT quer evitar que projetos de urgência sejam votados no afogadilho.....	41
Deputado Ney Leprevost assume liderança da bancada do PSD na Assembleia .....	41
Transferências de ICMS e IPVA aos municípios aumentam 13,42% .....	42

## Notícias Federais

### Assuntos Tributários

#### STF derruba ICMS no cálculo de PIS/Pasep e Cofins para importação

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou nesta quarta-feira (20) inconstitucional a inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins nas operações de importação. Com isso, as importações devem ficar mais baratas. O entendimento do Supremo impõe ainda uma perda bilionária na arrecadação do governo federal. Entre 2006 e 2010, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a União arrecadou R\$ 34 bilhões pelo ICMS ter sido considerado no cálculo. A decisão passa a valer após ser publicada pelo Supremo o que pode levar dois meses. Durante o julgamento, a Procuradoria da Fazenda pediu que o Supremo estabeleça uma data limite para que essa decisão passe a ter efeito. O governo defende que só seja aplicada para futuras operações. Indicado como novo relator do caso, o ministro José Antonio Dias Toffoli, solicitou que a Procuradoria apresentasse formalmente esse pedido ao tribunal para analisar a medida. Não há data para uma resposta da Corte. Dependendo desses efeitos, o governo pode ser obrigado a ressarcir quem questionou a taxaço na Justiça.

Atualmente, cerca de 800 ações em 22 tribunais do país questionavam essa inclusão do ICMS na base do cálculo que foi aprovada em 2004. Esses processos aguardavam o julgamento pelo Supremo. Nos tribunais, as deliberações sobre o ICMS eram diversas, mas, a maioria a favor da União.

Os ministros do STF entenderam que não se sustentava a justificada da União de "Tratamento isonômico" entre as empresas sujeitas internamente ao recolhimento das contribuições sociais e aquelas sujeitas a seu recolhimento sobre bens e serviços importados.

Para o Supremo, as situações são diferentes. Ficou entendido que o valor aduaneiro do produto importado já inclui frete, Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, seguro, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre câmbio e outros encargos. Portanto, ônus a que não estão sujeitos os produtores nacionais.

A União argumentava que a previsão para a taxaço era para garantir situação igualitária entre o produtor nacional e o importador, ambos sujeitos ao recolhimento das contribuições sociais, a União alega que a não incidência traria ao importador vantagem indevida sobre produtos ou serviços gerados no próprio país.

O caso começou a ser discutido em 2010 no Supremo. A relatora era ministra aposentada Ellen Gracie. Ela votou pela derrubada da medida. Na sessão desta quarta, outros nove ministros acompanharam o voto dela.

Fonte: Gazeta do Povo

## Relator quer discutir com governo aumento do limite de isenção na participação dos lucros

A comissão mista que avalia a Medida Provisória (MP) [597/12](#) espera discutir com o Ministério da Fazenda a possibilidade de aumento do limite de isenção fiscal estabelecido na MP, que livra do Imposto de Renda os valores até R\$ 6 mil recebidos pelos trabalhadores a título de participação nos lucros e resultados das empresas.

A obtenção de um acordo com o governo que possibilite o consenso quanto ao aumento do teto foi defendido nesta terça-feira (19) pelo relator da MP na comissão, deputado Luiz Alberto (PT-BA), na quarta e última audiência pública realizada para debater a medida.

Luiz Alberto explicou que o relatório sobre a MP já está pronto, mas que ainda “falta fechar” o teto de isenção. Segundo o relator, a maioria das 36 emendas apresentadas à MP 597/2012 trata da isenção do IR e de “imperfeições” da Lei [10.101/00](#), que trata da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas. “Boa parte pede que a isenção seja para quem recebe até R\$ 10 mil. “Eu acredito que nós possamos estabelecer essa negociação rapidamente para ver se o governo flexibiliza o teto da isenção do Imposto de Renda”.

O relatório deverá ser apresentado e votado em reunião da comissão mista marcada para 2 de abril, às 14 horas.

O relator acrescentou que a lei 10.101/00 prevê a criação de comissão de negociação na empresa, mas não estabelece obrigatoriedade da representação do sindicato. “É preciso estabelecer espaços temporais distintos entre o momento da negociação salarial da categoria e o momento da participação, que não devem se confundir”, afirmou.

**Nova tributação** - Na audiência pública, o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Mauro Rodrigues de Souza, disse que as medidas adotadas com a publicação da MP 597/2012 são uma reivindicação antiga dos trabalhadores, e complementam um ganho obtido com a edição da Lei 10.101/00.

Souza observou que a MP faz um pequeno ajuste na lei em vigor, para evitar que a participação nos lucros, paga em duas vezes, continue a ser tributada de forma acumulada, como ocorre hoje.

Na prática, a MP 597/12 institui um novo regime tributário próprio para o IR retido na fonte sobre Participações nos Lucros, antes sujeito à tributação na fonte e ao ajuste anual, e agora sujeito à tributação na fonte com base em tabela progressiva anual própria para a incidência do IR.

Pela nova tabela, quem ganha anualmente até R\$ 6 mil em participações fica isento do imposto. Para quem obteve de R\$ 6.000,01 a R\$ 9 mil, a alíquota de contribuição é de 7,5%. De R\$ 9.000,01 a R\$ 12 mil, de 15%. De R\$ 12.000,01 a R\$ 15 mil, de 22,5%. E acima de R\$ 15 mil, de 27,5%.

**Renúncia fiscal** - O responsável pela Coordenação Geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, afirmou durante a audiência que a criação da tabela beneficia 99% dos trabalhadores que já recebem o benefício e que agora serão contemplados na classe de isenção. Segundo ele, a renúncia de receita do IR sobre as participações que decorrerá da MP

597/2012 é estimada em R\$ 1,7 bilhão, em 2013; R\$ 1,8 bilhão, em 2014; e R\$ 2,09 bilhões, em 2015.

Mombelli observou que qualquer emenda que implique aumento de renúncia tem que estar acompanhada da respectiva fonte de compensação ou da necessária anotação quando da edição da proposta orçamentária.

Em relação à tabela de isenção, Mombelli reconheceu que seus valores não eram aqueles que acompanhavam o pedido do sindicato, mas o possível de ser proposto pelo governo. Ele assegurou que a tabela atinge a grande maioria dos empregados que recebem menos, e isenta aqueles que recebem valores menores em participação, que são a grande maioria dos trabalhadores.

**Dividendos dos empresários** - Representantes dos trabalhadores pediram que a participação nos lucros tenha tratamento similar à tributação de dividendos dos empresários. Contudo, Fernando Mombelli explicou que isso não ser possível porque "os lucros que são distribuídos a título de dividendos, que são lucros isentos, já foram tributados quando foi auferido o resultado da pessoa jurídica, a 34%, enquanto que os resultados advindos da participação de lucros e resultados constitui despesa operacional da empresa, ou seja, não são tributados na pessoa jurídica."

O senador José Pimentel (PT-CE), que já foi Ministro da Previdência, sugeriu um mecanismo anual para recomposição do valor monetário da isenção que for aprovada.

**Tramitação** - A MP 597/12 passará a trancar a pauta da Casa – Câmara ou Senado – onde estiver tramitando a partir de 21 de março de 2013.

Fonte: Agência Câmara

## Prorrogação do Reintegra e novas desonerações da folha são discutidas em Comissão Mista

A Medida Provisória que prorroga o Reintegra e contempla novos setores com a política de desoneração da folha de pagamentos (MPV 601) foi objeto de debate hoje na Comissão Mista constituída para analisar a matéria. O debate contou com a participação da Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Heloisa Menezes; do Gerente-Executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco; e do Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo Oliveira.

Heloisa Menezes afirmou que o Reintegra está no contexto das medidas de desoneração dos custos de produção e dos investimentos do Plano Brasil Maior, como ampliação do prazo e redução das taxas de juros dos empréstimos do Programa Sustentável de Investimento e a possibilidade de depreciação acelerada para casos específicos. Para Menezes, a prorrogação do Reintegra é a medida fundamental para estimular as exportações no país e criar melhores condições de competição do produto nacional frente aos estrangeiros. A representante do MDIC, ao afirmar que já recebeu solicitações para aumentar percentual de ressarcimento do Reintegra (hoje em 3%) e estender ou tornar perene o regime, reconheceu que o pleito é

legítimo, mas que eles devem ser negociados com o Ministério da Fazenda e a Receita Federal tendo em vista os impactos fiscais. A secretária também comentou a evolução da desoneração da folha, que inicialmente contemplava quatro setores e hoje, três medidas provisórias depois (MPs 540/2011, 563/2012 e 582/2012), o grupo de beneficiados subiu para 42. Com a MP 601/12, serão incluídos na lista também a construção civil e o comércio varejista.

Flávio Castelo Branco destacou alguns problemas e a gravidade da baixa competitividade da indústria, como a elevada carga tributária do setor, a produtividade trabalhador estagnada após a década de 1990, e a maior participação dos manufaturados importados no mercado interno (nos últimos 10 anos ela dobrou). Para o Gerente-Executivo de Política Econômica da CNI, o prazo de prorrogação de apenas um ano para o Reintegra é curto. Para Flávio Castelo Branco, as medidas necessitam de mais “perenidade”, a fim de facilitar o planejamento estratégico das indústrias a médio e longo prazo. De acordo com o representante da CNI, a Medida Provisória (e o Plano Brasil Maior) melhora as condições de competitividade, mas tem alcance parcial e limitado, pois não tratou de questões estruturais, como infraestrutura e logística, ou institucionais, como o complexo e oneroso sistema tributário nacional.

O Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda afirmou que a desoneração da folha tem custo elevado, mas traz resultados favoráveis. Cobrada sobre o salário pago aos funcionários e não sobre a receita bruta da empresa, a tributação da folha, por exemplo, cria um custo maior para a produção nacional, dificultando a concorrência não apenas no comércio internacional, mas também no mercado interno. Com os incentivos do governo federal, no entanto, Oliveira acredita que 2013 será um ano mais favorável à indústria brasileira.

O relator da Medida Provisória 601, senador Armando Monteiro (PTB/PE) reconheceu que a indústria brasileira vive um momento difícil, sem ter conseguido se recuperar desde a crise financeira mundial de 2008, tendo como problema mais grave a falta de competitividade. Monteiro defendeu cinco anos como prazo ideal para o Reintegra e disse que não há como imaginar uma política de comércio exterior com horizonte de um ano ou oito meses. O senador por Pernambuco também propôs não tributar os recursos ressarcidos por meio do Reintegra, ponto em que foi informalmente apoiado pelo representante do Ministério da Fazenda.

O parecer do relator deve ser entregue em 17 de abril e votado na semana seguinte, dia 24.

Fonte: CNI

## **Governadores debatem a unificação das alíquotas de ICMS na CAE**

A Comissão de Assuntos Econômicos deu continuidade ao ciclo de audiências públicas, iniciado na última semana, para discutir o Projeto de Resolução do Senado (PRS 1/2013), que unifica gradualmente as alíquotas interestaduais do ICMS, e a Medida Provisória (MP 599/2012), que compensa financeiramente os estados pela redução desse imposto e cria um fundo de desenvolvimento regional. A audiência de hoje contou com a presença de Governadores de vários Estados.

O governador em exercício no Estado do Pará, Helenilson Pontes (PPS), ressaltou que não basta discutir apenas a unificação das alíquotas do ICMS, como proposto no texto da MPV 599/12 e do PRS 1/2013. Para ele, é necessário discutir a questão dos créditos do ICMS (concessão, ressarcimento e estorno dos créditos), bem como da natureza dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados, para evitar que tais assuntos sejam objeto de inúmeras ações judiciais ou fiquem sob a responsabilidade exclusiva do CONFAZ, já que o texto da medida provisória não aborda tais questões.

André Puccinelli (PMDB), governador do Mato Grosso do Sul, defendeu que a reforma do ICMS na forma como proposta afronta o pacto federativo que tem como princípio básico a autonomia administrativa dos entes federados. Afirmou que os Estados sofrem perdas significativas com a política tributária atual e não são compensados devidamente, dando como exemplo as devoluções da Lei Kandir que previa a compensação dos Estados na ordem de 70% e no último ano compensou apenas 10% dos prejuízos. O governador afirmou, ainda, que o Centro-Oeste têm se valido dos seus próprios esforços para se desenvolver e que o ICMS é o principal instrumento para isso, defendendo, assim, uma reforma tributária ampla (discutindo FPE, Lei Kandir, créditos) e não apenas uma reforma que retira a autonomia dos Estados sobre o ICMS, como pretende a medida provisória.

O governador do Piauí, Wilson Martins (PSB), defendeu a aprovação da unificação das alíquotas interestaduais do ICMS, tendo em vista que o Piauí é um estado consumidor e que a atual política do ICMS é “desastrosa” para o Estado, pois 12% ficam com os Estados vizinhos, aproveitando apenas 5%.

O governador concorda com a forma progressiva para que em 3 anos se alcance a alíquota única de 4%, para que em 2016 o Piauí tenha um aumento na sua arrecadação. Propõem a inversão dos valores previstos na MPV para a compensação aos Estados e desenvolvimento regional, destinando 75% do valor do Fundo para compensação e 25% para desenvolvimento regional.

Omar Aziz (PMN), governador do Amazonas, defendeu as peculiaridades da Zona Franca de Manaus e a alíquota diferenciada aplicada a ela, informando que da forma como apresentado o texto da MPV 599/12, todos os estados federados ganham ao negociar com a ZFM. Informou, ainda, que nenhum estado é favorável à guerra fiscal e que as renúncias fiscais devem ser praticadas com o fim de viabilizar o desenvolvimento regional, proporcionando emprego e renda à população.

O governador do RS, Tarso Genro (PT), defendeu a unificação da alíquota, com as devidas compensações, pois a medida representa o fim da guerra fiscal que atrapalha o pacto federativo.

Defendeu, ainda, que o mérito da proposta deve ser modulado para que os estados não tenham prejuízos e recorram ao STF, que acabaria, mais uma vez, interferindo na autonomia dos Estados, como ocorreu com a recente decisão que suspende o parcelamento do pagamento de precatórios. Segundo Genro, é necessária vontade política para troca dos indexadores da dívida pública dos Estados para evitar maiores prejuízos.

Geraldo Alckmin (PSDB), governador de SP, defendeu que as medidas que afetam os Estados devem ser analisadas conjuntamente (comércio eletrônico, FPE, ICMS, dívida pública, dentre outros). Na opinião de Alckmin, a unificação da alíquota em 4% e a criação dos fundos de desenvolvimento regional e de compensação aos Estados, mas alerta que o valor de R\$ 8 bilhões é insuficiente para recompor os prejuízos, pois só o Estado de SP, estima perder R\$ 6 bilhões em 1 ano, sendo necessário que a compensação alcance as perdas efetivas.

Marconi Perillo (PSDB), governador do Estado de Goiás, ressaltou que o pacto federativo está fragilizado e que é necessária a revisão do sistema tributário. Afirmou que os fundos de compensação não cumprem o seu papel, tomando como exemplo as perdas referentes à Lei Kandir cuja compensação não chegou à 10% no último ano. Disse, ainda, que as perdas estimadas com a MPV 599/12 são de R\$ 16 bilhões sendo que a medida limita a compensação em R\$ 8 bilhões e que as perdas de atividade econômica são ainda maiores, pois sem benefícios, as empresas não manterão suas atividades no Estado, acarretando perda de receita de ICMS e desemprego.

O Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), afirmou que o Estado perderá R\$ 3,2 bilhões com a unificação das alíquotas interestaduais do ICMS, sendo necessário que os Fundos de Compensação e de Desenvolvimento Regional sejam implementados para suprir essas perdas.

O senador Lindbergh Farias (PT/RJ), presidente da audiência pública, informou que pretende pautar a reforma do ICMS no próximo dia 26.

Comissão Mista da MPV dos Portos realiza audiência com órgãos públicos.

Dando continuidade ao seu plano de trabalho, nesta terça-feira, a Comissão Mista que aprecia a MPV 595/2012 debateu o novo marco legal do setor portuário com alguns dos órgãos de governo que atuam junto aos portos brasileiros. Participaram da audiência públicos os seguintes convidados:

- Paulo Morceli, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Pio Costa, da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA;
- Ronaldo Lázaro Medina, da Receita Federal do Brasil (RFB);
- Silvia Helena de Alencar Felismino, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (SINDIRECEITA).

Paulo Morceli, da CONAB, confrontou dados de evolução do comércio exterior, principalmente no setor agropecuário, com os desafios que a atual infraestrutura portuária enfrenta para suportar níveis crescentes de demanda, em especial nos períodos em que há concentração da carga. Diante desse cenário, apresentou algumas soluções e uma lista de necessidades dos portos brasileiros, dentre as quais: falta de fiscais e de integração entre os agentes públicos; sistema de transporte precário e sem integração modal; e falta de dinamização para a utilização do porto. Concluiu defendendo a aprovação da MPV como forma de se aumentar os investimentos em infraestrutura portuária, de se melhorar seus aspectos operacionais e de se reduzir seus custos.



Pio Costa, do IBAMA, ressaltou que a avaliação da viabilidade dos novos empreendimentos portuários e o planejamento do seu licenciamento ambiental, e da atividade de dragagem, deverão considerar a especificidade regional da área e contemplar: (i) modelagem hidrodinâmica; (ii) estudos de geoquímica, eco-toxicologia e bioacumulação (Resolução Conama nº 454/2012); (iii) os impactos sobre ambientes sensíveis; e (iv) a interação com outros empreendimentos portuários. Como ponto de atenção da MPV, destacou que um provável aumento no número de terminais de uso privado, fora do porto organizado, exercerá pressão tanto no meio ambiente quanto na quantidade de pedidos de licenciamento ambiental de instalações portuárias e de dragagem a serem analisados. Nesse contexto, defendeu o reforço das equipes licenciamento ambiental nas esferas federal e estadual e a regulamentação da LC nº 140/2011 (que trata das competências comuns dos entes federados em matéria ambiental).

Ronaldo Medina, da RFB, fez observações quanto à falta de instrumentos jurídicos para se diferenciar os recintos alfandegários. Defendeu um arcabouço técnico-jurídico que ofereça maior segurança a esses recintos, e discordou da separação aduaneira por modal. Apontou que a MPV 595/2012 não traz obstáculos e que, ao atrair o investimento privado no setor portuário, permitirá o desenvolvimento de novas instalações.

Sílvia Helena, do SINDIRECEITA, destacou a necessidade de se combater a burocracia. Segundo ela, para se alcançar os ganhos de competitividade almejados pela MPV, é fundamental a implantação do "atendimento pleno", isto é, a operação ininterrupta dos órgãos anuentes que atuam nos portos. Para corroborar sua posição, apresentou dados de nota técnica da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) que demonstra o potencial ganho de competitividade dos portos brasileiros caso os órgãos anuentes (Receita Federal, ANVISA, MAPA e Companhia DOCAS) funcionassem por 24 horas diárias, ao invés de apenas em dias úteis e no horário comercial.

Nova audiência pública será realizada amanhã, a partir das 14:30h, quando serão ouvidos a Secretaria Especial de Portos (SEP), a ANTAQ, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), e os Ministérios dos Transportes, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Fonte: CNI

## Relações de Trabalho

### Seguridade aprova oferta obrigatória de reabilitação a aposentado por invalidez

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, na quarta-feira (20), o Projeto de Lei 7201/10, que obriga a Previdência Social a oferecer reabilitação profissional aos aposentados por invalidez considerados aptos a voltar ao trabalho.

O autor do projeto, deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), afirma que essa reabilitação é necessária porque, muitas vezes, o aposentado permanece afastado por um longo período.

A proposta estabelece que, durante a reabilitação profissional, o segurado terá garantido o benefício por incapacidade até que seja considerado habilitado para o desempenho de nova atividade. Se for considerado não recuperável, o segurado será reencaminhado para a aposentadoria por invalidez.

Volta ao trabalho - O relator na comissão, deputado Rogério Carvalho (PT-SE), recomendou a aprovação da proposta. “O trabalhador que permaneceu por longo período à margem do mercado de trabalho deve ter o direito de se habilitar a uma determinada atividade e/ou a se reabilitar para atividade diversa da que exercia, até ser considerado apto para a volta ao trabalho”, observou o relator.

Ele também considerou justa a proposta de o segurado receber o benefício por incapacidade durante a reabilitação. “A medida zela pelo princípio da dignidade humana, fornecendo meios que garantam ao trabalhador seu sustento e seu desenvolvimento como pessoa.”

Lei atual - A reabilitação profissional é prevista na Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213/91) para proporcionar meios de reeducação e de readaptação profissional e social aos beneficiários incapacitados (parcial ou totalmente) e aos portadores de deficiência. A lei estabelece que, após concluído o processo de reabilitação, cabe à Previdência Social emitir certificado com as atividades que poderão ser exercidas pelo beneficiário.

Por outro lado, o Regulamento da Previdência Social (Decreto 3.048/99) determina que o segurado aposentado por invalidez seja submetido a processo de reabilitação profissional prescrito e custeado pela Previdência, mas não diz que o segurado continuará recebendo o benefício durante a reabilitação.

Na avaliação de Berzoini, no entanto, a legislação atual não é clara quanto à possibilidade de reabilitação ao segurado aposentado por invalidez que recupera, total ou parcialmente, sua capacidade de trabalho e retorna à atividade.

Fonte: Agência Câmara Notícias

## **Comissão aprova destinação de 5% das vagas do FAT a deficientes**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou no dia 13 de março proposta que destina 5% das vagas em programas de qualificação profissional financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a pessoas com deficiência.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Eudes Xavier (PT-CE), ao Projeto de Lei [876/07](#), do Senado. No substitutivo, o relator apenas acrescenta que a destinação das vagas aos portadores de deficiência deverá ocorrer na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O projeto altera a Lei [7.998/90](#), que institui o FAT.

Segundo o autor da proposta, o senador licenciado e atual ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o Brasil possui um dos maiores contingentes de portadores de deficiência do mundo e uma das menores taxas de participação dessa população no mercado de trabalho.

Mercadante cita estudo que mostra que, no início da década de 90, o País contava com um contingente de 16 milhões de portadores de deficiência, dos quais apenas 180 mil empregados formalmente, ou seja, 1,13%. Em países desenvolvidos, conforme o ministro, o índice chega a 45%.

Segundo o relator, há normas constitucionais e infraconstitucionais de proteção às pessoas com deficiência no mercado de trabalho, que incluem reserva de vagas em concursos públicos e em empresas privadas. “Muitas vezes, porém, as vagas reservadas, principalmente no setor privado, não são ocupadas por faltar profissional qualificado para o exercício da atividade laboral”, salientou Xavier.

Tramitação - O projeto, que já foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, será analisado agora em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

## Rejeitado benefício fiscal a empresa que pagar plano de saúde do trabalhador

A Comissão de Finanças e Tributação rejeitou na quarta-feira (20) proposta que permite a empregadores deduzir da base de cálculo da Cofins e do PIS/Pasep contribuições para planos de saúde de seus empregados (PL [1914/11](#)). De acordo com o relator, deputado Cláudio Puty (PT-PA), o projeto não atende às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar [101/00](#)) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012.

O autor do texto, deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), argumenta que a medida não tem impacto econômico ou financeiro, porque a renúncia fiscal seria compensada pela desoneração do Sistema Único de Saúde (SUS).

Compensação

Para Puty, no entanto, o argumento não se sustenta. Ele afirma que a legislação exige que toda proposição que reduza a arrecadação ou aumente despesas deve trazer expressamente as seguintes informações:

- estimativa da renúncia para o exercício vigente e para os dois subsequentes;
- apresentação das medidas de compensação ou comprovação de que a renúncia já está computada na lei orçamentária;
- demonstração de que não serão afetadas as metas de resultados fiscais previstas em anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e
- termo final de vigência não superior a cinco anos.

**Tramitação** - O projeto será arquivado, a menos que haja recurso de 53 deputados para que o texto seja votado em Plenário.

Fonte: Agência Câmara

## Ponto eletrônico na Câmara começa a valer em maio

O novo sistema eletrônico de registro de presença dos servidores será adotado na Câmara dos Deputados já no início de maio. Segundo o diretor-geral da Casa, Sérgio Sampaio, a implantação do ponto eletrônico depende ainda da publicação de uma portaria e do desenvolvimento do sistema pelo setor de informática, que deve completar o trabalho em 45 dias.

O registro de presença será feito por leitores biométricos, já instalados, que utilizam impressão digital. De acordo com ato da Mesa Diretora, os servidores poderão optar por uma jornada diária de 7 horas ininterruptas, no total de 35 horas semanais, ou por 8 horas diárias, com intervalo para almoço, no total de 40 horas semanais. O mesmo sistema já é adotado pelo Judiciário e Tribunal de Contas da União.

Por outro lado, só poderá receber horas extras o servidor que completar, no mínimo, 40 horas semanais. O diretor-geral Sérgio Sampaio avalia que a medida vai trazer economia de recursos. "Vai depender do servidor. A gente estima que muitos dos servidores, já conversamos, tivemos contato com diversos setores e as chefias dizem: olha, no nosso setor os servidores entendem que vão fazer uma jornada de 35 horas. Isso não os habilita a receber horas extras. A gente estima que um número bem menor de servidores optem por fazer horas extras. A gente entende que deve, portanto, reduzir o número de horas extras pagas na Câmara dos Deputados."

O registro eletrônico de presença e a regra para as horas extras atingem os servidores efetivos, os cargos de natureza especial, os chamados CNEs, e os secretários parlamentares que atuam em Brasília. O diretor-geral Sérgio Sampaio explica que os secretários parlamentares lotados nas representações estaduais não serão submetidos à regra.

"Às vezes, um servidor no estado faz um trabalho junto a vários municípios, tem que visitar várias comunidades, ver quais são os problemas daquela comunidade, andar com o deputado no final de semana, é muito comum nas comunidades, conversando ali com a população. Isso faz com que ele entre pela noite, final de semana, mas não esteja ali no escritório de trabalho numa repartição pública. Daí porque a dificuldade de se medir."

Outra dificuldade para a adoção do ponto eletrônico nos estados citada por Sérgio Sampaio é a ausência de redes de ligação, o que impede a leitura dos registros.

Fonte: Agência Câmara

## **Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprova parecer que faculta o cumprimento de cota para contratação de aprendizes**

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou, nesta quarta-feira, por unanimidade o parecer da Relatora Ana Amélia (PP/RS) pela aprovação com emendas do PLS 176/2012 de autoria do Senador - Paulo Bauer (PSDB/SC). O projeto original determina que as empresas com mais de 50 empregados deverão contratar aprendizes entre 18 e 24 anos, em percentual correspondente ao número de empregados.

Emenda aprovada altera substancialmente o projeto original, dispondo que após cumprida a cota de aprendizes já em vigor (art. 129 da CLT), a empresa poderá contratar mais dez por cento do total de empregados do estabelecimento na condição de aprendiz entre 18 e 24 anos.

A CNI apoiou o parecer da Relatora, uma vez que elimina a dupla cota para contratação de aprendizes, tornando apenas facultativo o cumprimento da cota de contratação de aprendizes entre 18 e 24 anos.

Fonte: CNI

### **CNI participará de audiência sobre a regulamentação de motorista**

A Comissão Especial destinada a debater e propor modificações à Lei 12.619 de 2012, que regulamenta a profissão de motorista iniciou seus trabalhos aprovando vários requerimentos para realização de Audiências Públicas convidando autoridades e entidades a participarem dos debates. Dentre esses requerimentos, o de autoria do deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP), nomeia a CNI, FIESP, ANFAVEA, ABIOVE, ABIA, ABRAS, CNC e CNT. As audiências serão realizadas dias 26 e 27 de abril. O relator da matéria, deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), pretende apresentar o parecer até 3 de abril e submetê-lo a votos dia 10 de abril.

Fonte: CNI

### **Comissão Mista debate MPV do PRONATEC**

A Comissão Mista criada para analisar a Medida Provisória (MPV) 593/2012 realizou hoje audiência pública com a presença de representante do Ministério da Educação e de entidades ofertantes das políticas profissional e tecnológica, em especial as entidades do Sistema S.

Em linhas gerais, a Medida Provisória altera a Lei do Pronatec para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Estudante e conferir autonomia às entidades do Sistema S para criação de instituições de educação e unidades de ensino.

Marco Antonio de Oliveira, secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, apresentou as linhas gerais do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e as metas a serem atingidas até 2014, como a expansão da Rede Federal e o acordo de gratuidade com o Sistema S.

Após destacar as novas oportunidades trazidas pela MPV, o representante do Ministério da Educação também apresentou indicadores educacionais que dão uma ideia das deficiências presentes na política de educação profissional do país e apontam a parcela da população que deve ser alvo dessa política.

Felipe Morgado, representante do Senai e Sesi, apontou a necessidade de mudança cultural da população para valorizar a educação profissional tendo em vista o baixo número de estudantes

que optam por esse tipo de educação e a necessidade da indústria por profissionais qualificados até 2015, conforme apontado por estudo do Senai.

O gerente da Unidade de Educação Profissional e Tecnológica do Senai apresentou os resultados já alcançados pelo Senai e Sesi no Pronatec, como o aumento significativo de matrículas gratuitas, e o principal desafio para 2013 - o incremento de 142% de vagas em relação à 2012. Destacou ainda a posição favorável das entidades à Medida Provisória 593.

Uma mudança cobrada durante a audiência pública foi a eliminação da tributação de bolsas de estudo oferecidas por empresas a seus empregados. A desoneração está prevista em duas emendas oferecidas à MPV, que foram defendidas pela gerente da Diretoria Jurídica da CNI, Elizabeth Homsí. A advogada destacou os benefícios dessa alteração: possibilitar uma maior oferta de capacitação aos empregados pelas empresas e o custeio de cursos mais longos. O presidente da Comissão Mista, deputado Izalci (PSDB/DF), e o relator, senador Paulo Bauer (PSDB/SC), concordaram com a necessidade e a importância da exclusão de bolsas de estudos da base de incidência da contribuição previdenciária do empregador e empregado, retirando-as do salário-de-contribuição.

O secretário de Educação Profissional do MEC afirmou que a pasta tem uma posição favorável à medida, mas observou que o debate sobre a mudança nas regras de tributação precisa envolver também a Receita Federal e o Ministério da Previdência.

Os representantes das demais entidades do Sistema S (Sesc, Senac, Senar e Senat) apresentaram dados dos trabalhos desenvolvidos e dos cursos ofertados pelas entidades, além dos números alcançados com o acordo de gratuidade no âmbito do Pronatec.

O relator da MPV se comprometeu a apresentar seu parecer na primeira quinzena de abril com alterações ao texto original, considerando as emendas apresentadas.

Fonte: CNI

## Infraestrutura

### Ministérios, ANTAQ e EPL debatem a MPV dos Portos com parlamentares

Na última audiência pública prevista em seu plano de trabalho, realizada hoje, a Comissão Mista da MPV 595/2012 debateu a motivação e o conteúdo do novo marco legal do setor portuário com órgãos do Governo Federal diretamente envolvidos com o tema. Participaram do debate: (i) José Leônidas de Menezes Cristino, Ministro-chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP); (ii) Pedro Brito, Diretor-geral Substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); (iii) Bernardo Figueiredo, Diretor-presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) do Ministério dos Transportes; e (iv) Roberto Dantas, Diretor de Planejamento da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Todas as apresentações fizeram referência ao crescimento no volume de cargas movimentadas pelo modal marítimo na última década, de aproximadamente 80%, e o impacto que as

operações portuárias têm no comércio exterior brasileiro. Ademais, de forma uníssona, relataram como a MPV 595 se situa no conjunto de medidas adotadas pelo governo para possibilitar a modernização dessa estrutura, pois a competitividade da economia depende também da eficiência logística. A CNI também entende que o novo marco legal contribui para reverter esse quadro, propiciando um ambiente mais favorável para os investimentos privados que reduzirão o déficit de infraestrutura portuária do país.

Leônidas Cristino, da SEP, diante dos objetivos almejados pela revisão do marco legal, expôs alguns pontos priorizados pela MPV, tais como: papéis mais definidos nas funções de planejamento, de poder concedente e de regulação; melhorias na gestão e nas administrações portuárias; e simplificação dos processos de operação portuária (arrendamento e autorização). Ao apresentar detalhes do programa de investimentos ressaltou que o governo irá implantar um moderno sistema de controle do tráfego marítimo, importante para aperfeiçoar a dinâmica de transporte dos navios.

Pedro Brito, da ANTAQ, destacou papel do porto como elo fundamental da cadeia logística de cuja eficiência dependem a competitividade e produtividade da economia do país. Ao fazer a comparação entre o modelo portuário brasileiro (adotado desde a Lei Geral dos Portos de 1983) com os de países reconhecidos pela qualidade de seus portos, pontuou a semelhança de que todos se fundamentam no princípio do porto ser um bem público cuja operação é arrendada a operadores privados. Entretanto, a ineficiência dos portos brasileiros advém, na sua visão, da diferença de escala em carga movimentada, da ausência de planejamento público estratégico para o setor, e do baixo nível de investimento. Ainda observou que, na Europa, embora a gestão da maioria dos portos seja descentralizada, a contratação de trabalhadores avulsos dos órgãos gestores de mão de obra não é compulsória, mas segue regras de livre mercado.

Bernardo Figueiredo, da EPL, defendeu a articulação de toda a cadeia logística como necessária para uma economia de escala. Além de novos planos e investimento no transporte rododiferroviário, é preciso reorientar os fluxos logísticos para descentralizar o escoamento, por meio da ampliação da rede de portos ao longo de toda a costa. Nesse sentido, e diante dos limites à ampliação das áreas de porto organizado no curto prazo, defendeu a alternativa de propiciar investimentos privados fora dessa área, um dos fundamentos desse novo marco legal. Segundo ele, o déficit de investimento em infraestrutura logística no país, considerando todos os modais de transporte, é da ordem de R\$ 450-500 bilhões.

Roberto Dantas, do MDIC, focou nos impactos que a logística portuária tem no comércio exterior. Dos diversos dados apresentados, destaca-se o impacto que o tempo de espera de atracação em portos brasileiros (em média, 57% do tempo total de estadia) tem no custo do frete marítimo. Segundo ele, pelo fato do Brasil estar localizado fora do eixo principal de comércio global (rota marítima leste-oeste), é preciso estimular medidas que reduzam esses custos para que produtos brasileiros se mantenham competitivos no mercado internacional.

O presidente da Comissão Mista, deputado José Guimarães (PT/CE), o relator da MPV 595, senador Eduardo Braga (PMDB/AM), e parlamentares membros terão uma reunião com a centrais sindicais amanhã, às 10:30h, na busca de consenso em torno dos pontos de

aperfeiçoamento defendidos pelos trabalhadores portuários. Na ocasião, também irão deliberar conclusivamente sobre a possibilidade de se realizar mais uma audiência pública para ouvir os governadores dos estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

Fonte: CNI

## Energia:

### **Comissão Mista da MPV complementar do Setor Elétrico conclui pela prejudicialidade da matéria**

A Comissão Mista responsável pela apreciação da MPV 591/2012 aprovou, hoje, o parecer do seu relator, senador Acir Gurgacz (PDT/RO), pela prejudicialidade da matéria. A medida provisória, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, altera a MPV 579/2012 para autorizar o poder concedente a indenizar as concessionárias, que optarem pela prorrogação, pelos ativos considerados não depreciados, no prazo de 30 anos.

Sua conclusão pela prejudicialidade da MPV 591/2012, e das emendas a ela apresentadas, está baseada no fato do seu mérito já ter sido apreciado e deliberado pelo Congresso, e incorporado ao marco regulatório, por ocasião da análise da proposição legislativa inicial - convertida na lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A matéria será encaminhada, agora, para a apreciação da Câmara dos Deputados.

Fonte: CNI

## **Questões Institucionais**

### **Instaladas hoje duas Comissões Mistas**

MPV 606, altera as Leis 6.704/1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação, e 12.513/2011 que institui o programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego - PRONATEC, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior.

Presidente: Dep. Alexandre Santos (PMDV/RJ)

Vice-Presidente: Sen. Luiz Henrique (PMDB/SC)

Relator: Sen. José Pimentel (PT/CE)

Relator Revisor: Dep. Zé Geraldo (PT/PA).

MPV 609, reduz a zero as alíquotas da contribuição para o pis/pasep, da cofins, da contribuição para o pis/pasep-importação e da cofinsimportação incidentes sobre a receita decorrente da



venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências.

Presidente: Sen. Ana Rita (PT/ES)

Vice-Presidente: Dep. Paulo Teixeira (PT/SP)

Relator: Dep. Edinho Araújo (PMDB/SP)

Relator Revisor: Sen. Lobão Filho (PMDB/MA)

Fonte: CNI

## Novo CPC

O deputado Paulo Teixeira (PT/SP), novo relator do PL 8046/2010, que institui novo Código de Processo Civil, apresentou hoje relatório preliminar promovendo modificações no substitutivo anterior apresentado pelo antigo relator, deputado Sérgio Barradas.

Esse novo texto traz 25 alterações, em destaque:

estabelecimento de limite para honorários advocatícios no âmbito recursal e alteração no capítulo da penhora on line, para equiparar a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que não inferior ao do débito constante na petição inicial mais 30%.

Está prevista a votação do parecer no dia 17 de abril.

Fonte: CNI

## Comissão aprova criação de 72 cargos no Ministério Público do Trabalho

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou no último dia 13 o Projeto de Lei 4356/12, da Procuradoria-Geral da República, que cria ao todo 72 cargos efetivos na carreira do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Conforme a proposta, serão 12 cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, 36 cargos de analista judiciário (nível superior) e 24 cargos de técnico judiciário (nível médio). Além disso, serão criados ainda 24 cargos em comissão e 12 funções de confiança.

Pelo texto, caso a autorização e os respectivos recursos orçamentários sejam suficientes somente para o provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações deverá constar da lei orçamentária do exercício correspondente em que forem criados e providos.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) argumenta que, com a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, a partir da promulgação da Emenda Constitucional 45/04, a demanda processual trabalhista aumentou, exigindo sobrecarga da atual força de trabalho, o que põe em risco a produtividade que se espera do MPT.

O relator, deputado Luciano Castro (PR-RR), foi favorável à proposta. “É indispensável que o órgão tenha meios que lhe proporcionem condições satisfatórias para fazer frente às suas missões constitucionais”, disse. De acordo com a Constituição as funções institucionais do

Ministério Público incluem promover, privativamente, a ação penal pública e zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados no texto constitucional.

Fonte: Agência Câmara Notícias

## Assuntos Econômicos

### **Pesquisa surpreende ao apontar que investimento na indústria vai cair 9,5%**

Nem 15 pacotes de incentivo do governo animaram o setor, segundo levantamento de intenção de investimentos com 1,2 mil empresas.

Apesar de todos os esforços do governo, a indústria brasileira de transformação não ganhou confiança para desengavetar novos projetos de investimento em 2013. Ao contrário, o setor pretende investir este ano 9,5% menos que em 2012. O valor deverá cair de R\$ 218 bilhões para R\$ 197,3 bilhões, de acordo com uma pesquisa de intenção de investimento que acaba de ser tabulada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Para chegar a esses números, a entidade ouviu mais de 1,2 mil empresas com fábricas em todo o País, entre os dias 22 de janeiro e 23 de fevereiro deste ano.

O resultado surpreendeu o diretor do departamento de competitividade e tecnologia da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, responsável pela pesquisa. Tanto que mandou auditar os dados. Ele esperava alguma retomada do investimento depois de o governo Dilma Rousseff ter lançado 15 pacotes de medidas para incentivar o setor produtivo. O último, anunciado quinta-feira, liberou R\$ 33 milhões para financiar projetos de empresas privadas na área de inovação, pesquisa e desenvolvimento.

"O governo fez muitas coisas corajosas no ano passado, como o corte na taxa básica de juros, a desoneração da folha de pagamentos, a redução do custo da energia elétrica e mesmo com o câmbio", cita Roriz Coelho. "Mesmo assim, a pesquisa está indicando que ainda existem muitas dúvidas do empresário em investir, em aumentar a capacidade de sua fábrica e depois não ter condições competitivas para vender a produção."

O diretor da Fiesp não foi o único a ser surpreendido pela resposta das indústrias. "É uma ducha de água fria nas expectativas de dez entre dez economistas", diz Júlio Sérgio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e professor da Unicamp. "Não é a primeira vez que os economistas acreditam em uma coisa e os empresários, em outra", acrescentou, bem humorado.

A questão é que a indústria está definhando já faz algum tempo. Em 2012, por exemplo, a produção física caiu 2,8%, depois de ter ficado estagnada em 2011. Além disso, a balança comercial (diferença entre a exportação e a importação) do setor apresentou em 2012 o maior déficit da sua história, de US\$ 50,6 bilhões.

O resultado é que o setor passou a representar só 13,3% do Produto Interno Bruto (PIB), sua menor participação na formação de riqueza do País dos últimos 50 anos. Em 1985, o número foi bem maior, de 27%.

"Essa retração na intenção de investimento faz todo sentido com o clima que percebemos nesse começo de ano nas empresas", diz Sérgio Valle, economista-chefe da MB Associados. "Há uma percepção de que haverá dificuldade de recuperação este ano." Parte disso, segundo ele, se dá pela baixa competitividade da indústria, que não incentiva as empresas a exportar. Outra parte se dá "pelas incertezas regulatórias que o governo coloca e que sustam os investimentos".

Confusão. O economista observa, no entanto, que os dados de investimento que são divulgados periodicamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) podem causar confusão, já que o banco acena com expansão para 2013. Os números, no entanto, referem-se ao investimento global, incluindo infraestrutura, óleo e gás e agricultura, por exemplo, que vão bem, e não apenas industrial. "Além disso, caminhões entram em bens de capital e há apenas um efeito estatístico por causa da retração que tivemos no ano passado pela mudança do motor para euro 5, mais caro que o anterior."

As empresas entrevistadas pela Fiesp mostraram que a elevada carga tributária continua como principal limitante ao investimento. Contudo, o peso dos tributos perdeu importância (em resposta múltipla, foi citado por 56% dos entrevistados, ante 75% em 2012) porque outros fatores ganharam relevância. E o caso da baixa taxa de crescimento da economia, apontada por 36% dos entrevistados. Na pesquisa anterior, foram só 26%,

Fonte: O Estado de S. Paulo

## **Comissão de Desenvolvimento Econômico rejeita programa de certificação de etanol**

Antonio Balhmann: Legislativo não pode atribuir funções a órgão do Poder Executivo.

Pela proposta, os critérios para a certificação serão estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com base nas condições de trabalho, gestão ambiental, uso e reuso da água, desmatamento e reflorestamento, técnicas sustentáveis de manejo, condições de transporte e aspectos físicos e químicos do produto final.

O relator na comissão, deputado Antonio Balhmann (PSB-CE), defendeu, no entanto, a rejeição da proposta. Para ele, não há necessidade de transferir para o Inmetro as competências que hoje são da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ele afirmou que também há "potencial inconstitucionalidade" em iniciativas do Legislativo que pretendam atribuir funções a órgão do Poder Executivo.

Royalties - Outro ponto da proposta considerado problemático pelo relator foi a inclusão de um percentual de 5% a título de participação governamental nos royalties sobre a produção do etanol. Esse valor seria recolhido pelas usinas.

Para o autor do projeto, a participação governamental nos royalties se justifica porque a cultura da cana-de-açúcar causa efeitos devastadores sobre o solo, além de tomar espaço da pecuária e de culturas agrícolas tradicionais, como laranja, café e milho.

Já o relator da proposta argumentou que essa iniciativa é polêmica, pois “a cobrança de royalties, em geral, relaciona-se à utilização de algum bem público no processo produtivo”. “No caso do etanol, fica difícil de caracterizar, uma vez que essa atividade é eminentemente privada”, disse Balhmann.

Fonte: Agência Câmara Notícias

## **Fabricantes de máquinas começam o ano com queda no faturamento**

As boas perspectivas para 2013 não foram abaladas, mas o ano começou de forma ainda lenta para os fabricantes de bens de capital. Dados compilados pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) dão conta que o faturamento bruto do setor recuou 3,7% na passagem de dezembro para janeiro, na série sem ajuste sazonal, para R\$ 5,8 bilhões. Na comparação anual, houve avanço, mas modesto, de 0,2%.

Os números do primeiro mês de 2013 sofreram o impacto das transações externas. As importações avançaram 9,9% em relação a janeiro do ano passado. As exportações, por sua vez, caíram 24,1%. O resultado foi um déficit da balança comercial do setor de US\$ 1,9 bilhão, o maior para um mês de janeiro desde o início da série histórica da Abimaq, que data de 2005. A avaliação da entidade é que houve uma redução na demanda de máquinas em mercados desenvolvidos, como Estados Unidos e Europa, além dos problemas bilaterais com a Argentina, que continuam afetando as exportações. “Torcemos para que isso não seja uma tendência, pois exportamos cerca de um quarto da produção”, disse Carlos Pastoriza, diretor da Abimaq, em coletiva de imprensa.

Pelo lado das importações, uma avaliação é que havia demanda reprimida. “As condições de financiamento do BNDES [para produtos nacionais] e barreiras colocadas pelo governo deram uma segurada nas importações no fim do ano passado”, afirmou André Romi, presidente da Câmara Setorial de Máquinas Ferramenta da Abimaq, em entrevista ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor.

Romi disse que a taxa anual de financiamento Finame/PSI do BNDES passou de 2,5%, no ano passado, para 3%, neste semestre, e chegará a 3,5% na segunda metade do ano. “A condição excepcional de financiamento fez as empresas anteciparem o consumo no fim do ano; no segmento de máquinas ferramenta, cerca de 20% a 30% das vendas foram antecipadas”.

Para o executivo, essa combinação trouxe uma retomada das importações e uma queda na compra de produtos nacionais. Essa tendência, prevê, continuará a ser observada em fevereiro, que provavelmente trará resultados ainda fracos, até porque os dois primeiros meses do ano são sazonalmente mais fracos.

Fonte: Valor Econômico

## **Indústria e varejo têm impasse para adequar preços da cesta básica**

Dez dias depois de o governo ter isentado a cobrança de impostos de oito grupos de produtos da cesta básica, o impasse entre varejo e indústria persiste. Grandes redes varejistas informam que estão recebendo listas de preços com reduções muito menores do que o corte anunciado pelo governo, de 9,25% para a maioria dos produtos e de 12,5% para pasta de dente e sabonete.

A informação é relevante especialmente porque as reduções distantes do pretendido pelo governo ocorrem com produtos industrializados, cujos preços têm um comportamento menos volátil do que os alimentos, que dependem de safra e entressafra.

Um exemplo dessa discrepância ocorre com o sabonete. De acordo com fontes de mercado, a Colgate teria apresentado uma nova lista de preço com corte de 8,25%, enquanto a redução proposta pela Unilever teria sido de 10,2% e pela J&J, de 8,2% para sabonete destinado adultos e de 4,85% para crianças. Segundo o governo, a desoneração do sabonete resultaria num corte de 12 5%.

A J&J informa, por meio de nota, que “já repassou a totalidade da redução que afeta diretamente seus custos em todas as fases da cadeia produtiva”. “Entretanto, por impactar não só a cadeia produtiva mas também a malha de distribuição e varejo, a sua aplicação ainda depende de ajustes e acordos comerciais”, acrescenta. Procuradas, Colgate e Unilever não se manifestaram.

Além de reduções díspares entre marcas de um mesmo produto, há indústrias que elevaram os preços. O varejo informa que recebeu listas com alta de 4% a 10% no papel higiênico e de 6% na farinha de trigo. Segundo varejistas, o quadro é complicado porque já estavam sendo negociados reajustes quando a medida foi anunciada. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: Gazeta do Povo

## **Aumentos dos combustíveis serão adotados especialmente para que a Petrobrás tenha maior fôlego de recursos**

A urgência de reforçar o caixa da Petrobras para viabilizar seu programa bilionário de investimentos no médio prazo e as eleições presidenciais de 2014 devem levar o governo a antecipar do ano que vem para o segundo semestre de 2013 mais um aumento de combustíveis.

Segundo as consultorias, LCA, Tendências e Rosenberg, as desonerações tributárias neste ano, especialmente sobre produtos da cesta básica, vão colaborar para que o Poder Executivo não enfrente o ônus político de um novo reajuste da gasolina poucos meses antes das eleições de 2014.

De acordo com a economista e sócia da Tendências, Alessandra Ribeiro, o governo deve elevar o preço da gasolina em 5% na bomba entre julho e dezembro deste ano, o que elevaria em 0,2 ponto porcentual o IPCA em 2013. Junto com o acréscimo de 4,3% do combustível no fim de janeiro, ela calcula que haveria um aumento total de 9,7% do preço da gasolina para os consumidores.

“Isso representaria um impacto direto no IPCA de 0,37 ponto porcentual neste ano”, comentou. Contudo, ela ressalta que a desoneração de produtos da cesta básica deve retirar daquele índice de inflação 0,45 ponto porcentual em 2013. Ou seja, a redução de preços de alimentos da cesta cobrirá com pequena folga o impacto sobre a inflação das altas da gasolina neste ano.

Os aumentos dos combustíveis serão adotados especialmente para que a Petrobrás tenha maior fôlego de recursos. Os investimentos da estatal atingiram R\$ 84,1 bilhões em 2012 e, segundo a companhia, devem atingir R\$ 97,7 bilhões em 2013. A Petrobrás ainda não informou quanto pretende aplicar em 2014, mas o seu plano de negócios prevê gasto de US\$ 236,7 bilhões entre este ano e 2017.

Segundo o economista da LCA, Fábio Romão, ainda há uma defasagem de 16% da gasolina e de 28% para o diesel ante os preços internacionais. Levando em conta também as eleições de 2014, será inevitável um novo aumento dos dois combustíveis no segundo semestre, já que um aumento no ano que vem seria uma iniciativa impopular. “Como o preço da gasolina influencia diretamente o do álcool, o etanol deve subir também mais 4% nos postos”, ponderou Romão.

Para a economista da consultoria Rosenberg, Priscila Godoy, um reajuste da gasolina no segundo semestre seria de 6%. Junto com a elevação já concedida, os aumentos vão agregar ao IPCA entre 0,35 e 0,4 ponto porcentual neste ano. Contudo, ela também acredita que esse efeito será coberto pelas desonerações da cesta básica, que devem aliviar a inflação também em 0,4 ponto porcentual em 2013. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: Gazeta do Povo

## **Sérgio Souza quer área territorial como um dos critérios do FPE**

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu nesta quinta-feira (21) a inclusão do critério territorial na proposta que trata das novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O substitutivo do senador Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos sobre o tema prevê que os estados receberão no mínimo o mesmo que recebem hoje e divide o excedente apenas pelos critérios da população e inverso da renda per capita.

A sugestão dos três critérios consta de uma emenda do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) e segue a recomendação do Código Tributário Nacional, de 1966, alterada por lei de 1989. A lei, que fixou os atuais critérios, foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e o Congresso tem até junho para fixar novas regras.

Para Sérgio Souza, não é justo que as regiões Sul e Sudeste, com 56,5% da população nacional, 71,8% do Produto Interno Bruto (PIB), e 78,7% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, de onde vem o dinheiro do FPE, fiquem com apenas 15% dos recursos do fundo. Para ele, a situação será ainda pior com a aprovação do substitutivo de Pinheiro, que reduzirá o índice para 14,2%.

- Há uma diferença enorme. Eu não sou contra a distribuição de riquezas neste país, mas temos que levar em consideração essa distância e alterar a proposta apresentada pelo senador Walter Pinheiro.

O senador defendeu, ainda, o tratamento do desenvolvimento regional de forma diferenciada, dentro das unidades da federação. Na opinião do senador, todos os estados têm problemas de subdesenvolvimento e há regiões do Nordeste, por exemplo, mais desenvolvidas que áreas do Sul.

'Arranjadinho'

Em aparte, o senador Pedro Taques (PDT-MT) foi mais enfático, chamando de "arranjadinho" reduzir a questão dos estados à discussão do FPE. Ele também ressaltou que o Congresso se omitiu nos últimos anos, já que tinha até o fim de 2012 para redefinir os critérios de distribuição do fundo, mas não cumpriu o prazo.

A exemplo de Souza, Taques discordou da proposta apresentada por Pinheiro, destacando o impacto da extensão territorial na utilização dos recursos.

- Mato Grosso, Pará e Amazonas são estados com extensão territorial continental. Uma escola é construída em Mato Grosso a 1.500 quilômetros de Cuiabá. Esse valor do fundo repassado para o Mato Grosso, para o Pará, para o Amazonas tem um valor infinitamente menor do ponto de vista de concretização de políticas públicas. E aí se fala que Mato Grosso não vai perder, que o Amazonas não vai perder, que o Pará não vai perder. Isso é algo como uma piada, mais ou menos assim, faz-me rir - criticou.

Equilíbrio

Já o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) elogiou a ideia de Walter Pinheiro de garantir um piso a todos os estados, correspondente aos valores recebidos atualmente na divisão do fundo. Ele concordou com os colegas em relação à necessidade de se discutir os diversos temas do pacto federativo em conjunto.

- Penso que o correto seria discutir tudo junto mesmo: o FPE, a questão da equalização do ICMS, os royalties, colocar tudo. E é por isso que aqui, no Senado, são eleitos três senadores para cada estado, independente da população, que é para a gente fazer o equilíbrio da Federação na República - disse.

'Falta de explicação'

A senadora Vanessa Grazziotin afirmou que é necessário debater uma outra proposta, diferente da que se encontra em discussão, para se levar em conta critérios como a extensão territorial e a questão ambiental. Ela relatou que, por ter a Zona Franca de Manaus, o que garante uma "arrecadação própria significativa", o Amazonas recebe menos de 3% dos recursos do fundo.

- Por que a Bahia participa com quase 10% do FPE, seguida pelo Ceará, com mais de 7%, Maranhão, mais de 7%, Pernambuco, quase 7%, e aí cai, Pará, 3%? Qual é mesmo o critério? É exatamente decorrência dessa falta de uma explicação clara que nós precisamos votar uma nova lei.

Fonte: Agência Senado

## **Subcomissão para fiscalizar operadoras de telefonia fixa e móvel será recriada**

A Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (20), a recriação da subcomissão para acompanhar e fiscalizar as operadoras de telefonia fixa e móvel no Brasil. Campeãs de reclamações em todos os Procons do País, nos últimos três anos, as maiores operadoras - Vivo Claro, Tim, Oi e Telemar, terão que explicar aos parlamentares da subcomissão as constantes falhas nos serviços oferecidos aos consumidores.

Para o deputado Edinho Bez (PMDB-SC), que solicitou a recriação, a lentidão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para punir as empresas de telefonia que descumprem contrato de concessão favorece as empresas, que não demonstram intenção de melhorar o serviço e corrigir falhas. “Pelo contrário, pioram a qualidade dos serviços.”

O deputado lembra que mesmo realizando audiências públicas e instituindo uma subcomissão para tratar deste tema, em 2012, percebe-se hoje um total descaso da maioria das operadoras de telefonia. “Fica claro para nós que há necessidade de providências urgentes. Não podemos nos conformar com tamanha insegurança e inoperância”, destacou o deputado.

Conforme estimativa do Ministério das Telecomunicações, as empresas terão que investir cerca de R\$ 18 bilhões em projetos e infraestrutura de telecomunicação. O País conta com mais 260 milhões de aparelhos celulares em uso no Brasil, o dobro dos últimos quatro anos. O número de linhas fixas em uso diminuiu 13%, de 35 milhões para 30 milhões. Os dados da Anatel mostram, no entanto, que a quantidade de linhas fixas instaladas (não necessariamente em uso) aumentou 5% no período, de 42 milhões para 44 milhões. Isso sugere que não há falta de linhas.

Fonte: Agência Câmara

## **Meio Ambiente**

### **CCJ aprova PEC que garante meio ambiente ecologicamente equilibrado**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, nesta quarta-feira (13), a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [101/11](#), do deputado Márcio Macêdo (PT-SE), que inclui a garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como objetivo fundamental do Brasil.



Macêdo lembra que o direito ao meio ambiente equilibrado já consta do artigo 225 da Constituição. No entanto, para ele, é preciso também inseri-lo entre os objetivos da República (artigo 3º), com o argumento de que o maior desafio da humanidade talvez seja conter o aquecimento global.

O relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), apresentou parecer pela admissibilidade da matéria, que será analisada ainda por uma comissão especial quanto ao mérito e votada em dois turnos pelo Plenário.

“A proposta vai ao encontro do que prescreve o artigo 225 da Carta Magna, segundo o qual ‘todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações’”, afirmou o relator.

O parecer foi lido pelo deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), já que Odair Cunha não estava presente.

**Tramitação** – A proposta será analisada agora por uma comissão especial a ser criada especificamente para esse fim. Depois, seguirá para o Plenário, onde terá de ser aprovadas em dois turnos.

Fonte: Agência Câmara

## Comissão aprova preferência a asfalto-borracha na pavimentação de vias

A Comissão de Viação e Transportes aprovou na última quarta-feira (20) o Projeto de Lei [132/11](#), do deputado Weliton Prado (PT-MG), que dá preferência ao emprego de massa asfáltica produzida com borracha de pneus inservíveis na pavimentação ou recuperação de vias públicas. O material também é conhecido como asfalto-borracha.

O projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei [9.503/97](#)) e estabelece que o uso de outro material deve ser fundamentado no memorial descritivo da obra. Além disso, a proposta determina que nos estudos de impacto ambiental concernentes a projetos rodoviários seja apresentada análise dos efeitos ambientais decorrentes da escolha do material de pavimentação.

O relator, deputado Zoinho (PR-RJ), foi favorável à matéria. De acordo com o parlamentar, hoje o asfalto-borracha tem preços mais elevados do que a mistura convencional. “No entanto, estudos e a própria experiência revelam que, no longo prazo, a utilização do asfalto-borracha acaba por ser mais econômica, em face de aumentar a vida útil do pavimento em quase 50%, grosso modo”, destacou. “Não por acaso, algumas concessionárias que exploram rodovias vêm aderindo ao material – ele foi usado, por exemplo, nas rodovias Anchieta e Imigrantes”, complementou.

Conforme o relator, outro sinal de que o asfalto-borracha é economicamente viável e tem demanda garantida é a presença da gigante Petrobrás Distribuidora nesse mercado.

**Pesquisas** - O autor destaca que o estado de Minas Gerais aprovou lei que adota essa diretriz (Lei estadual 18.719/10). Segundo Prado, pesquisas feitas por universidades e diversos

organismos públicos de transporte de todo o mundo apontam vantagens substanciais no emprego do chamado asfalto-borracha.

As vantagens incluem a redução de problemas ambientais, ao oferecer solução para o destino de pneus usados; a melhora da flexibilidade do asfalto, devido à maior concentração de materiais elásticos; e o aumento da durabilidade, já que o uso da borracha aumenta a resistência ao envelhecimento do asfalto.

**Tramitação** - O projeto havia sido [rejeitado](#) anteriormente pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Agora, será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, em seguida, pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara

## Notícias Estaduais

### Assuntos Econômicos

#### PR tem o maior crescimento de empregados na indústria em janeiro

O número de trabalhadores empregados no setor industrial no Paraná apresentou a maior taxa de crescimento do país no mês de janeiro de 2013. No confronto com o mesmo mês do ano passado, o emprego nesta área apresentou variação positiva de 2,1% no estado, contra variação negativa de 1,10% na média nacional. As informações são da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (15).

A contribuição positiva mais relevante sobre o emprego industrial, com destaque para os setores de alimentos e bebidas (4,0%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (10,3%), têxtil (15,6%) e produtos químicos (8,2%).

Dos 14 locais utilizados na pesquisa, fora o Paraná, apenas outros dois estados registraram crescimento no contingente de trabalhadores nesta área: Santa Catarina (0,59%) e Minas Gerais (0,22%).

Já em horas pagas, a indústria paranaense cresceu 1,72%, contra a variação negativa de 1,40% no conjunto nacional. Nisso, o estado também lidera o desempenho entre todos os locais pesquisados, possibilitado principalmente pela expansão vinda dos setores de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (15,6%) e alimentos e bebidas (4,0%).

A liderança paranaense também foi apontada no acumulado dos últimos 12 meses em todas as variáveis do mercado de trabalho investigadas pelo IBGE: o pessoal ocupado subiu 2,04%, contra retração de 1,42% no Brasil; a massa real de salários cresceu 8,34%, mais que em todo o país, que apresentou crescimento de 4,08%; e as horas trabalhadas aumentaram 0,99%, ante uma retração de 1,88% no Brasil.

Apesar desses indicadores positivos, o valor de salários reais pago em janeiro de 2013 (com dedução da inflação), em comparação a janeiro de 2012, caiu 0,29%. Neste quesito, a média

brasileira apresentou um incremento de 0,85%. Os resultados foram positivos desse índice foram registrados em 11 dos 14 locais investigados, sendo que as maiores influências positivas ocorreram no Rio de Janeiro (7,3%) e Rio Grande do Sul (4,6%).

Fonte: Gazeta do Povo

## **Fomento e Desenvolvimento Tecnológico:**

### **Investimentos em inovação são de alto interesse do Paraná, diz secretário**

O secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Ricardo Barros, reforçou o apoio do governo estadual à pesquisa e à inovação no Estado. "Os projetos e investimentos em inovação são de alto interesse do Governo do Paraná. Incentivamos pesquisas aplicadas ao mercado e buscamos empreendimentos que aumentem o valor agregado dos nossos produtos", disse Barros.

Barros disse que a recente regulamentação da Lei de Inovação cria benefícios e estabelece mecanismos de cooperação entre os setores público e privado e as universidades para pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Segundo ele, a medida fomenta a geração de conhecimento e empregos qualificados no Estado.

A declaração foi dada nesta quinta-feira (21) durante a inauguração do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Boticário, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Foram investidos R\$ 37 milhões na construção de um dos mais modernos centros de pesquisa do setor no mundo. Barros participou do evento representando o governador Beto Richa. "Temos agora no Paraná um centro que é referência. Um modelo para empresários e investidores interessados no nosso Estado. Um ambiente moderno, exclusivo e específico de inovação", afirmou o secretário.

CENTRO - O Boticário investe cerca de 2,5 % do faturamento em pesquisa e desenvolvimento. O centro que foi inaugurado ocupa uma área de 8 mil metros quadrados e conta com 230 funcionários dedicados ao trabalho de inovação dos produtos. "O empreendimento que temos aqui hoje é compatível com o que há de mais avançado no mundo dentro do segmento de perfumaria e cosméticos", explicou o presidente do Grupo Boticário, Artur Grynbaum. Também participaram do evento o prefeito de São José dos Pinhais, Luiz Carlos Setim, o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Edson Campagnolo, e a vice-prefeita de Curitiba, Miriam Gonçalves.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

### **Grupo Boticário investe R\$ 37 milhões em Centro de Pesquisa e Desenvolvimento**

O Grupo Boticário, maior fabricante de cosméticos do país, inaugurou nesta quinta-feira (21) seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. Com investimento de R\$ 37 milhões, a estrutura

fica junto à fábrica da empresa, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, e vai abrigar inicialmente uma equipe de 230 profissionais dedicados exclusivamente ao trabalho de inovação em produtos.

O presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, que participou da solenidade de inauguração, disse que o centro representa um importante reforço para o trabalho de pesquisa e inovação que o Boticário já desenvolve. “Com este novo centro de pesquisa, o Boticário cria ainda mais condições para desenvolver produtos e sair na frente de empresas brasileiras e multinacionais do setor. Esse é um motivo de orgulho para o Paraná e para a Fiep”, afirmou. Campagnolo declarou ainda que, para a Fiep, a inovação é um dos principais caminhos para que as empresas ampliem sua competitividade para enfrentar a forte concorrência no mercado interno, além de buscar novos mercados.

Para o presidente do Conselho de Administração do Grupo Boticário, Miguel Krigsner, o novo centro de pesquisa representa um passo fundamental para o futuro da empresa. “Ele vai aumentar nossa capacidade inovativa, alimentando de pesquisa e inovação todas as marcas do grupo”, destacou. Hoje, além da marca O Boticário, o grupo conta com outras quatro unidades de negócio: Eudora, quem disse, berenice?, The Beauty Box e Skingen Inteligência Genética. “Com esta inauguração, uma empresa com capital 100% brasileiro mostra que o Brasil é capaz de gerar inovação, ainda mais em um mercado extremamente concorrido como o nosso”, completou Krigsner.

O presidente executivo do Grupo Boticário, Artur Grynbaum, ressaltou que o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da empresa se equipara em qualidade aos principais laboratórios do planeta voltados para o setor de perfumaria e cosméticos. “Este centro não deixa nada a dever a nenhum centro que possa ser encontrado no mundo. E fazemos isso dentro dos nossos valores, de sustentabilidade e respeito às pessoas”, disse.

Grynbaum acrescentou que a inovação está no DNA do Boticário. Somente em 2012, o grupo lançou cerca de 1,6 mil novos produtos. Além disso, a empresa investe cerca de 2,5% de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento e, nos últimos dois anos, a equipe desta área aumentou 40%, estruturando-se por categoria – perfumaria, maquiagem e cuidados pessoais. Segundo o secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Ricardo Barros – que na solenidade representou o governador Beto Richa –, o novo centro do Boticário servirá como referência para mostrar o potencial do Paraná na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação. “Poderemos mostrar este centro aos segmentos de alta inovação e tecnologia que pretendemos atrair para o Paraná, para que saibam que temos aqui massa crítica para abrigar centros de pesquisa como este”, afirmou.

Fonte: Fiep

[Micro e Pequena Empresa:](#)

**Bom Negócio Paraná chega a mais dois municípios**

O programa Bom Negócio Paraná será lançado, na próxima semana, nos municípios de Santa Helena e Terra Boa. O programa garante capacitação gratuita e crédito barato para micro e pequenos empresários. Com os lançamentos, 66 cidades passam a ter acesso ao programa, que oferece empréstimos com juros entre 0,55% e 1,1% ao mês por meio do Banco do Empreendedor da Fomento Paraná.

Segundo o secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Ricardo Barros, ao aliar capacitação e crédito fácil, o programa melhora o ambiente para negócios, sobretudo nos pequenos e médios municípios do interior. “O Bom Negócio Paraná incentiva o desenvolvimento local e regional e cria condições para que as pessoas se fixem nas suas cidades”, afirma.

Em Santa Helena, na região Oeste, o programa será lançado às 19 horas de segunda-feira (25) e em Terra Boa, no Noroeste, a cerimônia será na quarta-feira (27) também às 19 horas.

PROGRAMA – O Bom Negócio tem foco em empreendedores informais, individuais, sociedades empresariais, sociedades simples, arranjos produtivos locais e cooperativas de produção, de serviços e de trabalho.

A meta é atender 60 mil micro e pequenos empreendimentos formais e informais com receita bruta de até R\$ 3,6 milhões por ano.

Os empresários têm acesso a crédito com taxas de juros reduzidas, que variam de 0,55% a 1,1% ao mês. O prazo de pagamento vai de 12 meses a 24 meses. “Quanto mais capacitado for o empreendedor, mais baixos serão os juros”, explica Ricardo Barros.

A análise de crédito leva em conta o porte da empresa e o histórico de pagamento de compromissos financeiros. O limite de financiamento para empresas com receita bruta anual de até R\$ 360 mil é de R\$ 15 mil. As faixas de financiamento variam de R\$ 1 mil a R\$ 300 mil, de acordo com a capacidade de cada empresário.

A capacitação gratuita é feita por meio de parcerias com entidades empresariais e com as universidades estaduais. São cursos nas áreas de empreendedorismo e projeto de vida, gestão de negócios, gestão de pessoas, gestão financeira, gestão comercial e gestão estratégica. Cada curso terá 66 horas, distribuídas ao longo de 22 dias.

O programa é uma parceria do Governo do Paraná com diversos órgãos, como o Sebrae, Faciap, Fiep, Fecomércio, sindicatos e instituições financeiras, além de prefeituras.

Fonte: Agência de Notícias do Paraná

## **Sigep em parceria com a CNI, Fiep e Sebrae, realiza workshop voltado ao Setor Gráfico**

O Sindicato Gráfico (Sigep) em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Sebrae, realiza no dia 26 de março, Workshop em Gestão de Processos Industriais. A iniciativa é uma ação do Programa de Apoio a

Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI), voltado para indústrias associadas ao Sindicato.

A ação faz parte de uma série de workshops e consultorias que são disponibilizados às indústrias que aderiram ao projeto e tem apoio financeiro do Sebrae, CNI e Fiep. O Workshop terá duração de três horas e abordará questões relacionadas à Gestão de Processos Industriais. Será ministrado pelo consultor Renato Dzierva que já realizou diversos trabalhos com o Sebrae-PR. O treinamento terá início às 19 horas e será realizada na sede do Sindicato e Associação Sigep/Abigraf na rua Augusto Severo, nº 1.050 no Centro Cívico.

Questões Institucionais

Fonte: Fiep

Política Industrial

## **Projeto prevê incentivo fiscal para comercialização de veículos elétricos ou híbridos**

A isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) à comercialização de veículos elétricos ou híbridos está sendo proposta na Assembleia Legislativa pelo deputado André Bueno (PDT). Na sessão plenária de quarta-feira (20) ele protocolou projeto prevendo a instituição do incentivo fiscal até 31 de dezembro de 2020. Segundo o parlamentar, além do apelo ambiental da iniciativa, que vai contribuir para a redução da emissão de gases, bem como estimular o consumo sustentável de energia, haverá ainda desoneração do setor. “Em um mundo carente de energia, a grande eficiência dos motores elétricos chama a atenção da indústria, dos governos e também dos consumidores, como uma das alternativas mais atraentes e viáveis para enfrentar o desafio de equilibrar o desenvolvimento e o crescimento da produção, com a preservação do meio ambiente”, afirma o deputado, no texto da proposta. O parlamentar, que é presidente da Comissão de Indústria e Comércio do Legislativo, destaca ainda a tendência dos governantes em assumir posturas que conciliem medidas tipicamente ecológicas e de incentivo econômico, para o desenvolvimento da indústria, do comércio e do setor de serviços. “A importância estratégica que essas tecnologias podem adquirir, ainda em curto prazo, tem levado em todo o Mundo à criação de programas governamentais de incentivo, considerando que sua viabilidade econômica ainda depende de apoio e fomento do Estado”.

O projeto agora segue para análise das comissões técnicas e temáticas do Poder Legislativo, passando inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para, em seguida, ser discutido e votado pelos deputados em Plenário.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## **Paraná negocia vinda de quatro montadoras, diz Richa**

O governador Beto Richa (PSDB) disse nesta quarta-feira (20) que o estado negocia com quatro montadoras de veículos a instalação de linhas de produção no Paraná. O estado estaria disputando os investimentos com outros entes da federação, entre eles Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Goiás, segundo secretário da Indústria e Comércio, Ricardo Barros.

O anúncio foi feito durante a inauguração da ampliação da fábrica da Renault, em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. A obra, que absorveu R\$ 500 milhões, amplia a capacidade de produção em 100 mil veículos, para 380 mil veículos por ano.

O governador não deu detalhes sobre as negociações, mas, segundo Barros, algumas dessas empresas não têm fábricas no Brasil e teriam de se adaptar aos poucos às regras de nacionalização do novo regime automotivo. "Mas não posso falar mais nada", acrescentou Barros, que deu a entender, ainda, que o número de empresas pode ser maior.

Segundo ele, a decisão das empresas deve ser tomada até o fim de 2013. Entre as empresas que estariam em negociação está a alemã Audi, que chegou a produzir na fábrica da Volkswagen em São José dos Pinhais até 2006 e que já anunciou a intenção de voltar para o país. O governador também disse que negocia com a Volkswagen a ampliação da fábrica de São José dos Pinhais.

Investimentos - Com a ampliação, a Renault passa a ter capacidade para produzir 60 veículos por hora. O projeto é uma espécie de "fábrica dentro da fábrica" e as obras duraram oito semanas. A ampliação faz parte de um pacote de R\$ 1,5 bilhão em investimentos entre 2010 e 2015.

Durante o evento, o governador Beto Richa disse que o Paraná já atraiu R\$ 20 bilhões em investimentos dentro do programa de incentivos Paraná Competitivo. O presidente da Renault do Brasil, Olivier Murguet, disse que a empresa vive um dos seus melhores momentos no Brasil, com crescimento de 24% no ano passado. O País é o segundo maior mercado da companhia em volume - só perde para a França.

Empregos - O novo investimento da montadora nesta etapa do empreendimento foi de R\$ 500 milhões e resultou na geração de 1.200 novos empregos, segundo dados da Agência Estadual de Notícias (AEN) -- órgão oficial de comunicação do Governo do Paraná.

A Renault gera atualmente 6.500 empregos diretos – dos quais 600 são engenheiros – e outros 25 mil indiretos por meio de seus fornecedores. "A conta final dessa parceria é altamente positiva, pelos benefícios que traz ao povo paranaense, com novos empregos e geração de renda", ressaltou Richa em entrevista a AEN. "Sem o apoio do Governo do Paraná, este projeto não seria possível", afirmou o vice-presidente da Renault para as Américas, Denis Barbier, também para a AEN. "Um projeto de sucesso graças a sensibilidade e a presença do Estado. Temos a certeza que essa parceria trará ainda mais benefícios para o Paraná", reforçou Oliver Murguet, presidente da Renault do Brasil.

A empresa faturou R\$ 13,8 bilhões no ano passado, com 6,6% de participação no mercado brasileiro, que é o segundo da marca no mundo. Desde a sua implantação, nos anos 1990, a Renault já investiu U\$ 2,7 bilhões no Paraná.

Neste ano, a empresa ampliará sua unidade de fabricação de motores, que passará de 400 mil a 500 mil unidades por ano. Além da produção para o mercado brasileiro, os motores são exportados para outros países.

Fonte: Gazeta do Povo

## Infraestrutura

### **Região dos Campos Gerais receberá projeto piloto do programa de casas rurais**

O governo federal escolheu o Paraná para dar início a um projeto piloto da Caixa Econômica Federal na área de moradias rurais e a região do estado contemplada para a implantação do serviço é a dos Campos Gerais. A proposta é tornar mais rápida a contratação de obras pelo Programa Nacional de Habitação Rural. O projeto será implantado em dez municípios da regional da Cohapar em Ponta Grossa, onde está em análise a construção de 200 moradias. Os municípios que serão beneficiados ainda não foram divulgados. Para o deputado Plauto Miró (DEM), 1º secretário da Assembleia Legislativa, ao agilizar a contratação de obras, o novo projeto torna mais rápido o processo de construção e entrega das residências, o que beneficia as famílias que moram nas áreas rurais da região e esperam a oportunidade de ter uma casa própria.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### **Comissão de Obras Públicas aprova Programa Estadual de Transporte Escolar**

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação da Assembleia Legislativa reuniu-se nesta terça-feira (19), sob a presidência do deputado Francisco Bühner (PSDB), para analisar e votar três projetos de lei: o de nº 657/2012, dos deputados Artagão Júnior (PMDB) e Alexandre Curi (PMDB) e do ex-deputado Cesar Silvestri Filho, denominando Claudio João Silvestri o trecho da PR 825, entre a interseção da PR 825 com a PR 364, até o município de Campina do Simão; o nº 26/2013, do Poder Executivo, alterando a Lei nº 11.721/1927, que autoriza a instituição do Programa Estadual de Transporte Escolar aos alunos da rede pública de ensino; e o nº 159/2012, dos deputados Rasca Rodrigues (PV) e Edson Praczyk (PRB), estabelecendo procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de surf e semelhantes em bagageiros apropriados nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros, nas linhas que tenham em seu itinerário os municípios do litoral.

As três matérias foram aprovadas pela comissão. Participaram da reunião, além de Bühner, Adelino Ribeiro (PSL), Elton Welter (PT), Jonas Guimarães (PMDB), Edson Praczyk e Teruo Kato (PMDB).

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



## **Câmara Temática da Transparência da Copa 2014 tem nova presidência**

A Câmara Temática da Transparência, da Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo 2014, se reuniu na tarde desta quinta-feira (21) para debater sobre assuntos relacionados à elaboração do Caderno de Legados do evento Copa 2014 no Paraná.

No encontro, Célia Baptista, da Secretaria Estadual de Controle Interno, assumiu a presidência da Câmara, e João Augusto Fleury, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), a vice-presidência.

Célia ressaltou a grande importância de facilitar o acesso às informações sobre a preparação da Copa do Mundo. “Temos a obrigação da simplicidade nas informações, como forma de tornar acessível, com a máxima transparência, tudo o que se refere à organização do evento”, afirmou Célia.

O secretário estadual da Copa do Mundo, Mario Celso Cunha, destacou a importância da Câmara Temática da Transparência e agradeceu a efetiva participação dos diversos órgãos de fiscalização. “É bom contarmos sempre com a participação de órgãos como o Ministério Público do Paraná, Tribunal de Contas, Agência Brasileira de Inteligência, OAB, dentre outros”, disse ele. “Isso nos dá credibilidade, já que são órgãos altamente qualificados para fazer este acompanhamento, que visa deixar um legado para a sociedade paranaense”, concluiu o secretário.

**ESTÁDIO** - Na reunião, o representante do Núcleo de Planejamento e Gestão da Fomento Paraná, Cláudio Massaru Shigueoka, fez uma apresentação sobre o financiamento das obras da Arena da Baixada e esclareceu questões relacionadas ao assunto.

João Augusto Fleury, da OAB, falou sobre a responsabilidade em assumir nova posição na Câmara Temática. “Tenho a maior satisfação em assumir a vice-presidência desta Câmara, pois com essa atribuição podemos contribuir na formatação do Caderno de Legados”, disse Fleury. “O evento Copa 2014 contribuirá ainda para ampliar o sentimento cívico da população”, ressaltou ele.

O técnico Adão Antônio Pedroso, fez uma atualização dos projetos cadastrados no sistema desenvolvido pela Celepar. Participaram da reunião representantes do Tribunal de Contas do Paraná, da OAB-PR, Secretaria da Corregedoria e Ouvidoria Geral do Paraná, Celepar, Procuradoria Geral do Paraná, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Associação Comercial do Paraná, Ministério Público de Contas do Paraná, Secretaria Estadual da Casa Civil (Controle Interno), Instituto Ethos, Concidades-PR, Câmara Municipal de Curitiba, Observatório das Metrôpoles, Secretaria Estadual da Segurança Pública, Secretaria Estadual para Assuntos Estratégicos, Agência de Fomento do Paraná e Agência Brasileira de Inteligência.

Nesta sexta-feira acontece a reunião da Câmara Temática do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Na segunda-feira (25) será realizada a reunião da Câmara Temática da Segurança, depois acontecem as reuniões das Câmaras Temáticas do Turismo (terça-feira, 26), da Saúde (quarta-feira, 27) e Infraestrutura (quinta-feira).

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## Legislação local é tema de reunião do Ministério sobre a Copa de 2014

O secretário estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA 2014, Mario Celso Cunha, participou nesta quarta-feira (20), no Rio de Janeiro, da reunião agendada pelo Ministério do Esporte para tratar da adequação das normativas locais à Lei Geral da Copa.

O encontro foi coordenado pelo secretário-executivo do Ministério do Esporte, Luis Manoel Rebelo Fernandes, juntamente com o assessor extraordinário de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos, Joel Benin. Quatro pontos foram amplamente debatidos: leis em vigor nos estados e municípios, ausência de leis específicas, segurança jurídica e harmonização.

“Estamos focando principalmente nas seis sedes da Copa das Confederações, pois os prazos estão correndo rápido e precisamos finalizar os compromissos de legislação”, disse o advogado Pitágoras Dytz, conselheiro jurídico do Ministério do Esporte.

“A reunião desta quarta-feira serve para fazer alguns ajustes importantes, visando adequar a legislação de estados e municípios com respeito a bebidas, ingressos, proteção de marcas, hinos, bandeiras, segurança e saúde”, afirmou Julian Fonseca Pena Chediak, assessor jurídico da Fifa.

Durante a reunião, cada uma das doze sedes, por intermédio de seus secretários da Copa, apresentou um perfil dos trabalhos de preparação já realizados e fizeram os ajustes necessários referentes à legislação. As apresentações foram feitas nesta ordem: Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Manaus, Natal, Cuiabá, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

“Estamos realizando reuniões do Ministério do Esporte, mas sempre com a presença dos parceiros do Comitê Organizador Local (COL) e da FIFA, para evitar que dúvidas fiquem sem respostas. Nossos encontros serão mais frequentes, pois pretendemos acompanhar todo o planejamento Copa de perto, inclusive visitando as sedes”, disse Joel Benin. “Já iniciamos as visitas pelos estádios da Copa das Confederações e depois iremos às outras seis sedes da Copa do Mundo”, concluiu.

Um dos pontos mais discutidos foi a programação de proteção às marcas, envolvendo o uso não autorizado da propriedade intelectual, marketing de emboscada (atividades de marketing ilegais), direitos dos parceiros comerciais Fifa, direito do consumidor, áreas de restrição comercial e políticas operacionais para as forças de segurança.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## Pesquisa mostra investimentos das empresas paranaenses relacionados à Copa 2014

Uma pesquisa elaborada em conjunto pela Associação Comercial do Paraná (ACP), Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e Federação do Comércio (Fecomércio), junto a 500 empresas associadas às entidades, apontou que 22% delas já estão fazendo investimentos com vistas à

Copa do Mundo 2014 e que 23% têm intenção de investir. As demais estão em processo de tomada de decisão. Outro dado de destaque evidenciado pela pesquisa é que 65% das empresas têm intenção de contratar mais funcionários em função da Copa.

O resultado da pesquisa foi tabulado no começo desta semana e apresentado nesta terça-feira (19), na ACP, durante reunião dos 30 membros da Câmara Temática de Comércio e Tecnologia, da Secretaria Estadual para Assuntos da Copa 2014. O encontro debateu vários assuntos relacionados ao mundial, em especial atividades comerciais e de tecnologia.

Para o secretário estadual de Assuntos da Copa, Mário Celso Cunha, o resultado da pesquisa da ACP, Fiep e Fecomércio é muito significativo. “É importante ressaltar que todo investimento feito com vistas ao mundial de futebol ficará como legado para a sociedade paranaense”, afirmou ele. A pesquisa atendeu sugestão feita pelo vice-presidente da Fiep, Hélio Bampi. “Sentimos necessidade de avaliar a intenção dos empresários com relação a investimentos voltados para a Copa do Mundo para, desta forma, conseguirmos alcançar bons resultados”, disse Bampi.

O gerente de fomento e desenvolvimento da Fiep, Marcelo Percicotti, lembra que as entidades vêm realizando trabalhos sobre as oportunidades de investimentos propiciadas pela Copa de 2014, Além disso existem recursos públicos para financiar as empresas que pretendem investir. “Essas dois fatores, informação e crédito, podem ajudar as empresas que ainda estão em fase de tomada de decisão”, afirmou ele, ao apresentar os resultados da pesquisa no encontro na ACP.

O levantamento mostrou que 53% das empresas que responderam a pesquisa estão investindo em comércio e serviços, 37% na indústria e 8% em outros setores. Segundo a pesquisa, 63% estão concentrando os investimentos em Curitiba e Região Metropolitana; 27% no interior do Paraná e 10% em outras regiões do Brasil. A maioria (45%) concentra os investimentos em máquinas e equipamentos; 26% em comércio e serviços; 22% em capacitação e 7% em pesquisas e desenvolvimento.

PREPARATIVOS - Durante o período da Copa são esperados cerca de 160 mil turistas estrangeiros e 600 mil brasileiros em Curitiba. Na reunião na Associação Comercial do Paraná, a promotora de Justiça do Ministério Público do Paraná, Cristina Corso Ruaro, sugeriu que os estabelecimentos comerciais realizem ações preventivas que garantam conforto e segurança ao público, principalmente os que possuem grande área física, o que evita tragédias como a ocorrida em Santa Maria.

“Precisamos conscientizar os comerciantes a avaliar cada local, além de atuar no controle de capacidade de público, saídas de emergência e regularização de alvarás, principalmente em estabelecimentos de diversão”, disse a promotora.

“Um fator preocupante em nossa cidade é o que envolve os banheiros públicos. Já encaminhamos um projeto ao Ippuc e estamos aguardando retorno de nossa solicitação”, afirmou Jean Michel Galiano, vice-presidente da ACP. “Precisamos de banheiros públicos, principalmente em locais como o centro da cidade, entorno do estádio, fan fest e outros pontos estratégicos”, disse Galiano.

O secretário Mario Celso Cunha revelou que pretende criar algumas Câmaras Temáticas em cidades do interior, atendendo solicitação dos representantes da Unioeste de Cascavel, presentes no encontro. “Vamos estudar uma maneira de credenciar algumas pessoas para atuar em regiões do Paraná, talvez utilizando os sistemas já existentes nas universidades estaduais”, disse o secretário.

A reunião foi conduzida pelo presidente do Lactec e da Câmara Temática de Comercial e Tecnologia, Omar Sabbag Filho. “O legado deste nosso trabalho ficará evidenciado através do acompanhamento que vem sendo registrado pelo banco de dados criado e coordenado em parceria da Celepar com a Secopa estadual”, disse ele.

Os integrantes da Câmara Temática de Comércio e Tecnologia foram recebidos pelo vice-presidente da ACP, Antonio Miguel Espolador Neto. A reunião teve a participação do vice-presidente da Fiep, Hélio Bampi, e de representantes da Fecomércio, Ministério Público, Lactec, SEIM, Instituto Curitiba de Informática (ICI), Secretaria Estadual de Tecnologia e Ensino Superior, Polícia Militar, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Unioeste, Tecpar e Operadora Oi.

Fonte: Agência de Notícias do Paraná

## Transporte

### Chuvas atrapalham exportações de grãos no Porto de Paranaguá

As chuvas têm prejudicado as operações no Porto de Paranaguá, principalmente as exportações de grãos. Desde o início de janeiro até esta terça-feira (19), foram registrados 27 dias, 6 horas e 24 minutos de paralisações em função do mau tempo.

De acordo com o superintendente dos portos de Paranaguá e Antonina, Luiz Henrique Dividino, caso o tempo tivesse contribuído, o Corredor de Exportação poderia ter escoado, no mês de março, o dobro do volume que foi embarcado até agora. “Além da chuva que tem nos prejudicado, ainda temos a complicação de estar trabalhando simultaneamente com dois produtos. O milho ainda está sendo escoado, concorrendo com o escoamento da soja”, disse. “Mas pela programação de navios, vemos que estão nomeadas poucas embarcações para receber o milho e, dentro de poucos dias, poderemos dar vazão à soja”, explicou o superintendente.

De acordo com o Simepar, as chuvas que têm atingido o litoral do Paraná nos últimos dias são causadas pela circulação marítima. No entanto, os volumes pluviométricos registrados estão dentro da média histórica. Os meteorologistas do Instituto explicam que a característica do outono é o tempo instável e as chuvas serão frequentes, ora ocasionadas por movimentações marítimas, ora por eventuais frentes frias.

Nos meses de janeiro e fevereiro foram exportadas pelo Corredor de Exportação 2 milhões de toneladas de grãos, sendo 942 mil toneladas de milho, 512 mil toneladas de soja, 543 mil toneladas de farelo de soja e 31 mil toneladas de trigo. O volume é praticamente igual ao

exportado no mesmo período do ano passado, com destaque para as exportações de milho, que tiveram alta de 288%.

**NAVIOS** – No porto, não só a chuva é responsável por paralisar as operações. A elevada umidade do ar ou a ameaça de chuva já bastam para que os porões sejam fechados e os embarques interrompidos. Ao menor sinal de umidade, grãos como a soja são danificados e a carga é perdida.

Apesar de não haver solução para este tipo de entrave em nenhum porto do mundo, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina tem trabalhado, junto com alguns pesquisadores, soluções de cobertura de porão de navios que possibilitem a exportação de grãos com chuva. No entanto, o projeto ainda está em fase de estudos.

Com as constantes paralisações, o Corredor de Exportação, que consegue embarcar uma média de 80 mil toneladas por dia quando o tempo está seco, está embarcando menos da metade deste volume, o que atrasa bastante a liberação dos navios.

Na manhã desta quarta-feira (20), 73 navios aguardavam ao largo para carregar grãos em Paranaguá. No entanto, apenas quatro deles possuem carga completa e estariam aptos a embarcar. Outros 18 apresentam carga parcial e 53 não possuem carga. Entre os navios que não têm carga nominada, ocorrem duas situações: ou a carga ainda não chegou do interior ou não foram sequer negociadas.

“Em Paranaguá, os navios que não tem carga negociada, seja em função da não finalização dos lotes a embarcar, seja por falta de negociação de destino, em algum momento os embarcadores sabem que terão esta condição resolvida e conseguirão a carga”, explica Dividino.

**CAMINHÕES** – Paralelamente a Administração dos Portos do Paraná tem monitorado com rigor a emissão das senhas para os caminhões por meio do sistema Carga on Line. O embarque atrasado por conta da chuva interfere também na descarga dos caminhões. Os armazéns cada vez mais cheios têm sua capacidade de estocagem diminuída.

“Estamos controlando a distribuição de senhas para evitar que a chuva também traga problemas de fila nas estradas. Até agora, temos conseguido. O nosso objetivo é melhorar a logística e as condições de atendimento dos caminhoneiros que não podem ser simplesmente largados nos acostamentos das estradas”, explicou Dividino.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## Meio Ambiente

### Rasca reforça importância de campanha por "Rios Livres"

O deputado Rasca Rodrigues (PV) propôs nesta quarta-feira (20), no Plenário da Assembleia Legislativa, uma campanha pelos “Rios Livres”. “Precisamos lutar para que nossos rios se mantenham livres das canalizações, livres de obras, livres de empreendimentos imobiliários e livres de esgoto”, declarou.

Ao fazer referência ao Dia Mundial da Água, que será celebrado na próxima sexta-feira (22), Rasca lembrou que 80% das doenças que ocorrem nos países em desenvolvimento devem-se à contaminação da água. “As doenças transmitidas pela água são responsáveis por mais da metade das internações hospitalares no Brasil e por quase a metade das mortes de crianças até um ano de idade”, ressaltou o deputado verde.

Rasca mencionou ainda o último relatório da Agência Nacional de Águas, divulgado em 2012, que alertou sobre a qualidade da água dos rios de Curitiba e Região Metropolitana (RMC): “47% dos rios localizados na área urbana de Curitiba possuem qualidade da água que varia entre ruim e péssima”, enfatizou.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## **IAP e Ibama discutem avanços na área ambiental no Paraná**

O presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Luiz Tarcísio Mossato Pinto, se reuniu com o presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Volnei Zanardi, para tratar dos avanços ambientais, em parceria com o Governo Federal, programados para o Estado. O encontro aconteceu nessa terça-feira (19), na sede do Ibama, em Brasília.

A reunião teve como objetivo tratar de parcerias firmadas para implantar programas e projetos que irão auxiliar na gestão ambiental do Estado. Foram discutidos assuntos relacionados à implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o andamento do Inventário Nacional Florestal do Paraná, Lei Complementar Federal nº 140/2011, novas diretrizes para o licenciamento e a gestão ambiental integrada entre os órgãos.

Para cada projeto discutido serão estabelecidos cronogramas de trabalho e metas. Os programas envolvem capacitação de corpo técnico do Estado, convênios para repasses de informações, repasse de imagens de satélites, sistemas de informação e recursos. Em contrapartida, o Estado irá repassar informações ao Ibama, como os dados das propriedades rurais incluídas no Cadastro Ambiental Rural, licenciamentos e dados sobre o monitoramento ambiental.

Também participaram da visita o diretor de Desenvolvimento Florestal do Instituto Ambiental do Paraná, Mauro Scharnik, a diretora de Uso Sustentável da Biodiversidade e Floresta do Ibama, Hanry Alves Coelho, e o presidente substituto do Ibama, Fernando Marques. ABEMA – Em Brasília, o presidente do Instituto Ambiental do Paraná participou da 62ª reunião ordinária da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema). A reunião contou com a representação de todos os estados brasileiros e com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, do presidente Ibama e demais autoridades dos órgãos federais e estaduais.

Os encontros da Associação têm como objetivo abordar as dificuldades na área e apresentar as soluções encontradas, uma forma de garantir a troca de experiências entre os órgãos ambientais estaduais para garantir a preservação ambiental em todo o país. Os encontros

antecedem às reuniões do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), informando e propondo os temas que serão discutidos no Conselho.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## Política Agroindustrial

### Paraná recebe imagens de satélite para implantar Cadastro Ambiental Rural

O presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Luiz Tarcísio Mossato Pinto, recebeu do Ministério do Meio Ambiente as imagens de satélite que irão auxiliar na implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Estado. As imagens compradas pelo Governo Federal foram repassadas aos estados durante a 109ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), nesta quarta-feira (20), em Brasília.

As imagens adquiridas permitirão a visualização das áreas de todos os estados com uma aproximação real de cinco metros. Isto deve facilitar o trabalho de monitoramento e fiscalização dos órgãos ambientais estaduais e federais, além de facilitar que proprietários rurais cadastrem suas propriedades e declarem as áreas de Reserva Legal de Proteção Permanente.

O Cadastro Ambiental Rural é uma nova exigência ambiental para os proprietários rurais após a aprovação da nova Lei Florestal Nacional (Novo Código Florestal), aprovado no ano passado e deverá ser implantado em todo o país. Para isso, o Governo Federal está criando um sistema de informação integrada que irá permitir o cadastro que será repassado aos estados ainda no primeiro semestre deste ano.

O presidente do Ibama, Volnei Zanardi, também garantiu ao presidente do IAP o repasse de um link de acesso administrativo ao sistema para que possa ser testado pelos técnicos do órgão. “O IAP é um órgão que tem tradição, que tem eficiência e trabalham com controle. A gente sabe que para o Estado não terá maiores dificuldades”, afirmou.

Os órgãos ambientais também estão programando uma agenda para capacitar os técnicos e entidades parceiras que irão auxiliar no cadastramento das propriedades rurais. Este curso deve ocorrer em abril. Será oficializada a parceria do IAP com as entidades produtivas parceiras a fim de estabelecer o cronograma e o plano de trabalho para a implantação do CAR no Paraná.

O presidente do IAP lembrou que os órgãos estão em contato para garantir a integração do sistema federal com o do estado para que as propriedades rurais que se cadastraram no sistema estadual não sejam prejudicadas. Nesse caso, seria necessário somente uma complementação na declaração feita anteriormente no Estado.

“Nós temos cerca de 130 mil propriedades cadastradas no Paraná e não podemos perder estes dados. Muito menos fazer com que os proprietários sejam prejudicados por cumprirem a lei antes da alteração do Código Florestal”, disse.

Tarcísio ainda afirmou que o Governador do Estado, Beto Richa, fará o lançamento das parcerias para a implantação do CAR no Paraná dentro dos próximos dias. “Estamos em contato com a secretaria de Agricultura, Emater, associações e federações que estão dispostas a auxiliar os produtores rurais a fim de garantir agilidade, credibilidade e eficiência no CAR do Paraná”, disse.

No evento também foram entregues imagens para órgãos parceiros que devem auxiliar na formação de uma base cartográfica e de dados única para todo o país. Além dos órgãos estaduais que já firmaram o Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Meio Ambiente para a implantação do CAR, Incra, IBGE, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Social também receberam o pacote.

O Estado do Paraná foi um dos primeiros a assinar o termo de cooperação técnica com o Governo Federal para cadastrar e regularizar suas propriedades rurais junto ao Novo Código Florestal.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## Política Social

### Saúde

#### **Tercílio Turini destaca adesão de Londrina ao movimento "Saúde + 10"**

Londrina inicia nesta sexta-feira (22) uma campanha de adesão ao Movimento “Saúde + 10”, realizado em todo o país para aumentar os investimentos do governo federal na área da saúde. Num trabalho conjunto do deputado estadual Tercílio Turini (PPS) e da Comissão de Seguridade Social da Câmara Municipal de Londrina, serão coletadas assinaturas dos eleitores londrinenses em apoio ao projeto de lei de iniciativa popular que estabelece destinação de 10% do orçamento da União à saúde. A partir das 8h30, equipes estarão apresentando o documento nacional e solicitando a assinatura das pessoas que procuram o Fórum Eleitoral de Londrina para fazer o recadastramento biométrico. Para aderir ao movimento, o eleitor precisa informar o número do seu título.

A possibilidade de destinação de 10% das receitas correntes brutas da arrecadação da União para investimentos em saúde também mobilizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa, na última terça-feira (19). A audiência foi proposta pela Comissão de Saúde do Legislativo e por diversos deputados, com a participação da sociedade organizada, representantes do Governo do Estado, membros do poder público e entidades de classe. Com a aprovação da proposta, a previsão é a de que mais R\$ 30 bilhões por ano possam ser aportados para o setor. Mas para que possa tramitar, a proposta necessita de 1,5 milhão de assinaturas.

Hospital de Clínicas – O Hospital de Clínicas de Curitiba também se engajou definitivamente no Movimento “Saúde + 10”. A instituição passará a coletar assinaturas para compor o projeto de lei de iniciativa popular que garanta a aplicação de 10% das receitas brutas da União no SUS. O



deputado Gilberto Martin (PMDB) debateu a questão junto ao conselho gestor do hospital nesta semana, ao lado da diretora-geral, Heda Amarante. Os representantes de todos os setores do hospital comprometeram-se não apenas a auxiliar na coleta de assinaturas, mas também de ampliar o debate, levando a discussão para dentro do hospital e também para as salas de aula.

"O Hospital de Clínicas de Curitiba é uma instituição renomada e de referência, inclusive nas discussões acadêmicas. Pelo alcance, afinal são mais de quatro mil funcionários, e pela credibilidade, é um apoio imprescindível para o movimento", disse o deputado.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Questões Institucionais

### **Bancada do PT quer evitar que projetos de urgência sejam votados no afogadilho**

A bancada do PT protocolou nesta terça-feira (19), na Assembleia Legislativa, projeto de resolução que regulamenta a votação dos projetos de iniciativa do governador na Assembleia Legislativa. O objetivo é evitar que projetos do Executivo sejam votados no atropelo, sem a apreciação e tramitação adequada nas comissões técnicas da Casa. Ainda segundo o projeto, quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término do ano legislativo, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais seja requerida urgência por comissão técnica permanente, se for apresentado por dois terços dos membros de comissão competente para opinar sobre o mérito da proposição. De acordo com a líder do PT, deputada Luciana Rafagnin, o que se quer é evitar que projetos importantes sejam votados no afogadilho, na rapidez, prática que acontece principalmente no fim do ano, quando antecede o recesso parlamentar.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### **Deputado Ney Leprevost assume liderança da bancada do PSD na Assembleia**

Durante a sessão ordinária desta terça-feira (19) da Assembleia Legislativa, o presidente Valdir Rossoni (PSDB) fez a leitura de um requerimento informando aos parlamentares a constituição da liderança do PSD na Casa. A bancada passa a ser formada pelos deputados Marla Tureck, Luiz Carlos Martins – recentemente empossado – e Ney Leprevost. Este último assume a liderança da bancada. Com essa mudança o PSD deixa de integrar o bloco parlamentar que formava com o PSDB. Segundo Leprevost, com três parlamentares na Assembleia o partido amplia sua atuação junto aos cidadãos paranaenses. Também passa a ter um horário na tribuna durante as sessões plenárias para expor suas ideias e defender a comunidade.

Fonte: Alep

Assuntos Tributários

Plauto diz que emenda que estende isenção do ICMS para transporte coletivo atende interesse público

O projeto de lei 70/2013, oriundo de mensagem do governador Beto Richa que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) o óleo diesel usado no transporte coletivo em área metropolitana que tenha integração física e tarifária recebeu uma emenda substitutiva durante sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, realizada nesta terça-feira (19).

Apresentado pelo relator da proposta e líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano, a emenda estende o benefício para todos os municípios do Estado que tenham mais de 150 mil habitantes e que possuem ou não o transporte integrado. Com essa proposta a desoneração da planilha de custos da passagem de ônibus, que inicialmente atenderia apenas Curitiba e região metropolitana, poderá ser aplicada em oito municípios. Além da capital, podem ser beneficiados Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Colombo, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Para o deputado Plauto Miró (DEM), 1º secretário da Assembleia Legislativa, a aprovação da emenda substitutiva é importante porque ampliará a extensão do subsídio. “Este projeto atende o interesse social e público ao reduzir o impacto do preço do diesel na tarifa do transporte coletivo”.

Após a apresentação e aprovação da emenda na CCJ, responsável pela análise da constitucionalidade e legalidade de todas as matérias que tramitam na Assembleia, o projeto será avaliado por outras comissões ligadas ao tema. A previsão é que a proposição possa ser votada em Plenário na próxima semana.

Com a iniciativa o governo estadual deixará de arrecadar aproximadamente R\$ 30 milhões anuais, sendo que R\$ 21 milhões deles apenas em Curitiba e região metropolitana, segundo estudos feitos pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec).

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## **Transferências de ICMS e IPVA aos municípios aumentam 13,42%**

O Governo do Paraná repassou aos municípios R\$ 1,13 bilhão da cota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) no primeiro bimestre deste ano, o que representou aumento de 13,42% sobre a transferência de R\$ 1 bilhão em janeiro e fevereiro de 2012.

Para o secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully, além de espelhar o resultado do trabalho do fisco para elevar a arrecadação, o valor depositado nas contas das prefeituras representa “um reforço importante ao caixa dos municípios para que os prefeitos possam executar projetos em benefício dos moradores”.

Segundo a Secretaria Estadual da Fazenda, a transferência de ICMS nos dois primeiros meses de 2013 totalizou R\$ 792,4 milhões, com acréscimo de 14,3% sobre os R\$ 693,2 milhões

destinados aos municípios em igual período ano passado. O Estado destina 25% do ICMS arrecadado às prefeituras, observando o Índice de Participação dos Municípios (IPM). Este é o mais importante imposto em volume de recursos.

IPVA – No primeiro bimestre do ano, foram repassados aos municípios R\$ 342,7 milhões referentes à cota do IPVA, o que representou aumento de 11,42% na comparação com os R\$ 307,6 milhões creditados nas contas das prefeituras em janeiro e fevereiro de 2012. Este imposto é dividido meio a meio entre o Estado e os municípios, de acordo com o total de veículos emplacados em cada localidade.

Fonte: Agência Estadual de Notícias